



**Eletros**

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social



Relatório Anual | 2012  
de Informações

# Índice

3	.....	Apresentação
4	.....	Mensagem da Diretoria
5	.....	Fatos Relevantes
9	.....	ELETROS em Números
11	.....	Gestão de Investimentos
34	.....	Demonstrações Contábeis
64	.....	Pareceres
79	.....	Eletros-Saúde
94	.....	Administração
99	.....	Contatos
99	.....	Expediente

## Evolução(\*)

e.vo.lu.ção

**sf (lat evolutione) 1** Ato ou efeito de evoluir. **2** Progresso paulatino e contínuo a partir de um estado inferior ou simples para um superior, mais complexo ou melhor. **3** Progresso contínuo de simplicidade inorganizada a complexidade organizada. **4** Transformação lenta, em leves mudanças sucessivas.

Se há uma palavra que resume o ano de 2012 para a ELETROS, esta palavra é “evolução”. Ao longo de todo o ano, a Fundação concentrou esforços na atualização de sua base tecnológica, gerando reflexos, principalmente, nas áreas de Comunicação e Relacionamento com o Participante, a fim de que fosse alcançada ainda mais eficiência na sua governança corporativa.

Com o aperfeiçoamento dos processos internos,

buscou-se mais aproximação com os participantes e assistidos – em uma iniciativa que está definindo as ações da Fundação para 2013 e que repercute positivamente. Muitos destes resultados você já pode conferir neste Relatório.

Em reconhecimento ao Programa de Educação Financeira e Previdenciária empreendido pela ELETROS, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) dispensou a Fundação, pelo terceiro ano consecutivo, de disponibilizar este Relatório em formato impresso.

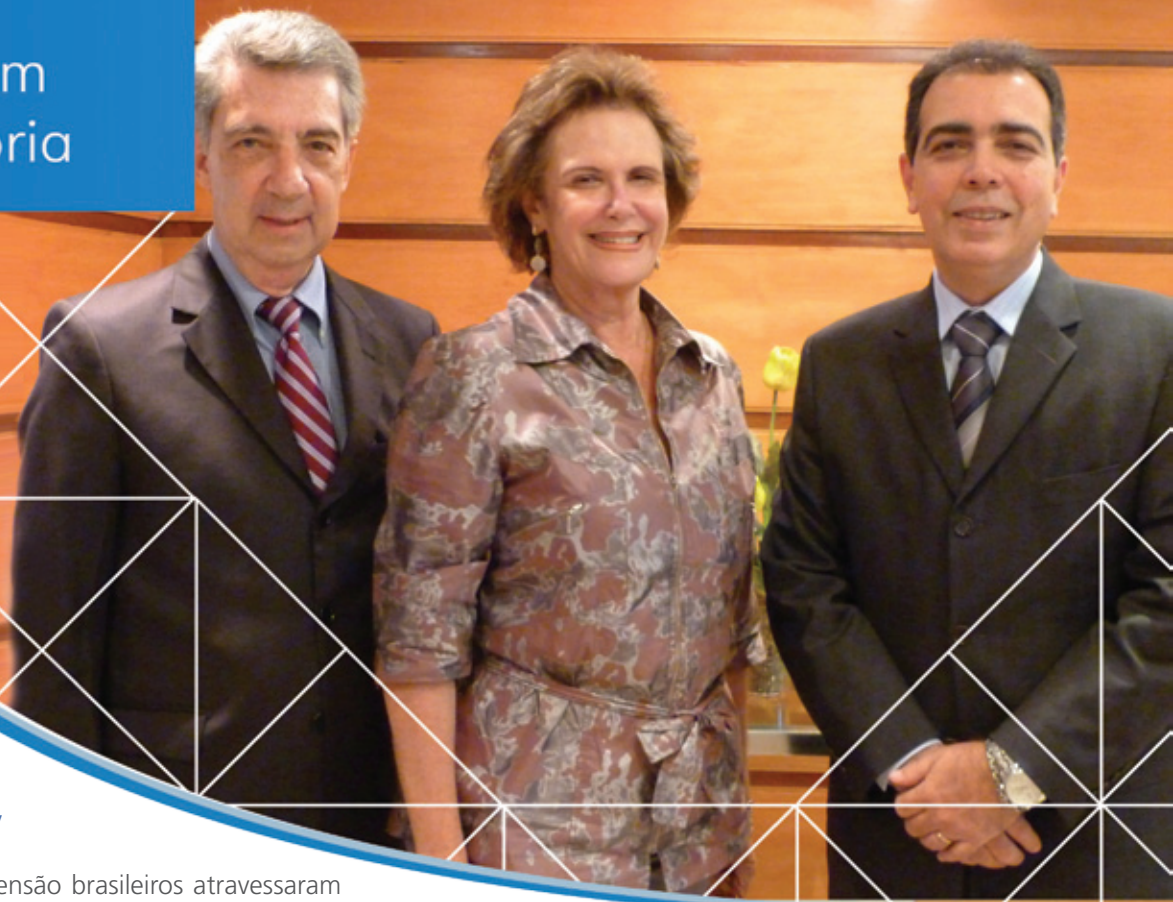
Ou seja, com a publicação eletrônica deste Relatório Anual de Informações, aonde quer que você esteja, a ELETROS estará presente, com todas as informações que você precisa saber sobre nossa atuação no ano de 2012:

## Boa leitura!

(\*) Fonte: Dicionário Michaelis de Português



## 2 Mensagem da Diretoria



### Prezado participante,

Os fundos de pensão brasileiros atravessaram significativas mudanças no ano de 2012, e a ELETROS não esteve à margem deste processo. Os seguidos cortes na Selic (a taxa básica de juros no Brasil), aliados à redução da meta atuarial, provocaram a busca de alternativas capazes de suprir a queda natural da rentabilidade de algumas aplicações financeiras.

Mas, mesmo diante desse grande desafio, a Fundação passou também por reestruturações ao longo de 2012. Nossa administração foi contemplada com mudanças benéficas: os processos internos começaram a ser aprimorados, em busca de uma maior eficiência, em diversos níveis. Além disso, novos conselheiros foram eleitos e hoje já atuam incansavelmente nos desafios administrativos e econômicos aos quais estamos diariamente submetidos.

O ano passado também foi promissor no que diz respeito às nossas conquistas. Tivemos o prazer de ver o Eletros-Saúde ser considerado um dos melhores planos de saúde do país; recebemos da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, em reconhecimento às ações de combate à discriminação racial e fomento da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres em nossa Entidade e conseguimos, ainda, um importante

retorno no que diz respeito ao nosso Programa de Educação Financeira e Previdenciária, que foi muito bem avaliado em pesquisa que realizamos com uma amostra de nossos participantes e assistidos.

O ano de 2013 já se configura – também – como um período de ajustes e união entre todos nós. Mas o que não muda é o comprometimento com o seu patrimônio e bem-estar: a razão por trás de todo nosso empenho.

Esperamos que este Relatório Anual de Informações possa transmitir todas as informações necessárias para que você esteja a par de tudo o que a ELETROS fez pensando na sua segurança e tranquilidade no ano de 2012.

### Diretoria Executiva

**Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva**  
Presidente

**Jack Nottingham Steiner**  
Diretor Financeiro

**Alice Valderez de Andrade Salomão**  
Diretora de Benefícios Previdenciários

**A**presentamos nesta seção as principais realizações nas áreas de gestão, previdência, investimentos e saúde que refletem a preocupação da ELETROS com a sua satisfação.

### **Nova Política de Investimento aprovada**

A Política de Investimento de 2012 da ELETROS foi aprovada em 20/12/2011 e, desde então, encontra-se disponível na área restrita do site da entidade para consulta dos participantes. Nela, são determinados os critérios de gestão para os segmentos de investimento, assim como os objetivos específicos de rentabilidade que diferem de acordo com o perfil e as características de cada plano. Anualmente, a Política de Investimento é submetida à aprovação prévia da Diretoria Executiva (DEE), depois do Conselho Deliberativo (CDE) e, por último, enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

### **Site ganhou novo conteúdo e melhor navegação**

Buscando garantir mais informações aos seus partici-

pantes e assistidos, foram revisados todo o conteúdo e a navegação do site institucional da ELETROS. Novas informações foram incluídas, outras realocadas e agrupadas para trazer mais facilidade à navegação do participante.

### **ELETROS Sustentável**

A sustentabilidade foi o tema institucional da ELETROS em 2012. O assunto, que está bastante relacionado com a previdência complementar e com a missão da Fundação, envolve a utilização consciente dos recursos no presente para que as gerações futuras possam desfrutá-los com a mesma qualidade do que dispomos hoje. Pensando nisso, a ELETROS desenvolveu uma série de iniciativas com o objetivo de difundir entre seus colaboradores, participantes e assistidos conceitos e práticas relacionadas à sustentabilidade ambiental, social e econômica.

### **Formalização das Políticas Institucionais**

A busca por eficiência na ELETROS ganhou, em 2012, novo impulso com a aprovação pelo Conselho

Deliberativo (CDE) de três Políticas Institucionais: Administrativa, Geral e Segurança da Informação. Fundamentais para obter e promover um alinhamento adequado entre a alta administração, gestores de negócio e demais colaboradores, tais políticas contêm orientações que permitem à ELETROS ser uma instituição onde todos trabalham seguindo a mesma direção. A formalização das demais políticas foi concluída no primeiro semestre de 2012 e estão em análise pelo CDE para aprovação.

### **Aperfeiçoamento do Sistema de Controles Internos**

A estrutura estabelecida para propiciar o desenvolvimento do Sistema de Controles Internos da ELETROS mereceu atenção especial em 2012, com constante busca pelo aperfeiçoamento de seus processos operacionais, no sentido de torná-los sistematicamente mais eficientes e mais eficazes. Desta forma, iniciativas contínuas foram desenvolvidas para estabelecer um conjunto de métodos e medidas de controle, para proteger o patrimônio dos participantes e assistidos, verificar a exatidão dos dados contábeis e promover a eficiência operacional da Fundação.

### **SOMAR: nova perspectiva para o futuro**

Em meados de outubro, membros da Diretoria Executiva (DEE) e do Conselho Deliberativo (CDE) apresentaram aos colaboradores da ELETROS o SOMAR – um novo programa institucional que visa direcionar o futuro da Fundação para os próximos anos e que pode ser traduzido em segurança e estabilidade para os participantes e assistidos. A ação foi originada pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), cujo objetivo é a implantação de um sistema integrado de gestão empresarial para automatizar e armazenar todas as informações de negócios da Fundação em uma única plataforma tecnológica, proporcionando ganhos de eficiência à administração dos planos de benefícios, além da otimização de recursos.

### **Recadastramento auxiliou na atualização de dados dos participantes**

Em julho, a ELETROS deu início à Campanha de Recadastramento dos seus participantes, assistidos (aposentados e pensionistas), com exceção dos participantes do recente Plano CD CERON. Este processo cumpriu a obrigação legal da Entidade de manter permanentemente atualizadas as informações cadastrais de seus participantes e auxiliou na identificação de ajustes necessários de dados que impactam nos benefícios concedidos ou a conceder. A iniciativa permitiu, ainda, o cumprimento das disposições da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, visto que também foram colhidos dados dos usuários do Eletros-Saúde. Para incentivar o recadastramento, a ELETROS promoveu uma “disputa” visando à premiação de uma TV de 32”. Entre os assistidos, todos que realizaram o recadastramento no primeiro período válido (até 28 de setembro) concorreram ao prêmio. Já entre os ativos, o sorteio foi realizado entre os colaboradores da patrocinadora que obteve o maior percentual de recadastrados – no caso, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) com 85% dos participantes recadastrados. Angela Oliveira da Costa, empregada da EPE, e José Fernandes Lacerda, assistido do Plano BD Eletrobrás, foram os participantes contemplados. A campanha contou com a adesão de cerca de 77% dos participantes e assistidos.

### **Eleições ELETROS 2012**

As Eleições ELETROS aconteceram no período de 20 de agosto a 5 de novembro. No pleito foram escolhidos um membro e seu respectivo suplente para o Conselho Deliberativo – para representação dos participantes ativos e assistidos – e um membro e respectivo suplente para o Conselho Fiscal – para representar os assistidos. Os mandatos iniciaram no dia 19 de novembro de 2012 e terminarão em 18 de novembro de 2016. As eleições foram marcadas pela modernização do processo eleitoral, em que foi possível votar pela internet e pelo telefone – medida que agilizou a apuração e o resultado.



## Colaboradores representaram a ELETROS em evento da ABRAPP

A ELETROS foi muito bem representada na edição de 2012 do Congresso Brasileiro de Fundos de Pensão, um dos principais eventos do segmento no país. A convite da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), organizadora do congresso, os colaboradores Jair Ribeiro e Karla Maia apresentaram consistentes estudos sobre as alternativas de investimento e relacionamento com o participante, respectivamente.

## Ações da ELETROS para a Igualdade de Gênero divulgadas pela ONU

Convidada pela ONU Mulheres (entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres), a ELETROS apresentou as bem sucedidas ações de seu programa de Pró-Equidade de Gênero e raça na publicação internacional "Companies Leading the Way". No documento, o exemplo da Fundação integrou uma relação de práticas adotadas por empresas do mundo todo sobre o avanço feminino no mercado de trabalho.

## ELETROS dispensada do envio do RAI impresso

A ELETROS foi dispensada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC de encaminhar o seu Relatório Anual de Informações (RAI) aos participantes e assistidos na forma impressa. A medida foi tomada em reconhecimento aos bons resultados do Programa de Educação Financeira e Previdenciária, empreendido pela Fundação em 2011 e 2012, cujas ações são detalhadas a seguir.

# PRINCIPAIS AÇÕES

## Introdução

A ELETROS entende que é fundamental que seus participantes detenham conhecimento para realizar um

planejamento de vida – seja para os assistidos, visando o bem-estar e qualidade de vida, quanto para os ativos, que estarão mais preparados para lidar com as situações financeiras no futuro. Por conta disso, a Fundação vem desenvolvendo, desde 2010, ações de Educação Financeira e Previdenciária. A proposta do Programa é promover conhecimento sobre finanças e previdência, além de estreitar o relacionamento com seus participantes, durante o processo de aprendizagem.

## Objetivos Gerais do Programa de Educação Financeira e Previdenciária

Promover informação, orientação e instrução sobre finanças e previdência para que os participantes:

- possam formar poupanças, previdenciárias ou individuais, dentro de uma expectativa necessária para uma aposentadoria segura e a manutenção de um bom padrão econômico por toda a vida;
- possam assumir, de forma cada vez mais consciente, as responsabilidades pelas decisões sobre os seus níveis de contribuição e os perfis de investimento mais adequados, projetando um futuro com maior qualidade de vida;
- possam investir conscientemente em seus projetos de aposentadoria, constituindo níveis adequados de poupança previdenciária e assim planejar o seu futuro, visando usufruir, da melhor maneira, do seu benefício no momento da aposentadoria.

## Evento "O Alinhamento entre a Educação Previdenciária e a Estratégia de Gestão de Pessoas"

Teve como convidados os palestrantes Edevaldo Fernandes da Silva, representante da PREVIC, e Max Gehringer, consultor. A iniciativa contou com a presença de conselheiros, colaboradores, diretores e membros do RH de patrocinadoras da Fundação,

além de representantes de outros fundos de pensão como Real Grandeza, Serpros, Refer, Valia e Prevdata.

### **Evento “Planejar sua vida financeira é o primeiro passo para um futuro...”**

Propôs, em duas palestras, ampliar o acesso e o conhecimento dos participantes em relação à educação financeira e à educação previdenciária. Teve a presença de João Roberto Rodarte, Diretor Geral da Rodarte Nogueira, consultoria em Estatística e Atuária, falando sobre “Conceitos e Fundamentos da Previdência Social – INSS”, e Cássia D’Aquino, educadora com especialização em crianças, que discutiu “Como resolver os conflitos de dinheiro na vida do casal”.

### **Concurso Cultural de Desenhos: “O futuro que eu quero”**

O objetivo do Concurso Cultural foi aproximar a família dos participantes da ELETROS através de uma ação interativa, que incentivou as crianças a pensar sobre suas expectativas para o futuro. Desta forma, os pais e avós refletiram sobre a importância da Previdência Complementar e da ELETROS para a conquista e garantia desse futuro.

### **Concurso Cultural nas Redes Sociais**

Promovido para incentivar a utilização de mais um canal de comunicação e de disseminação de notícias e iniciativas referentes à ELETROS e à Educação Financeira e Previdenciária, o concurso estimulou a adesão de participantes e assistidos às redes sociais da Fundação.

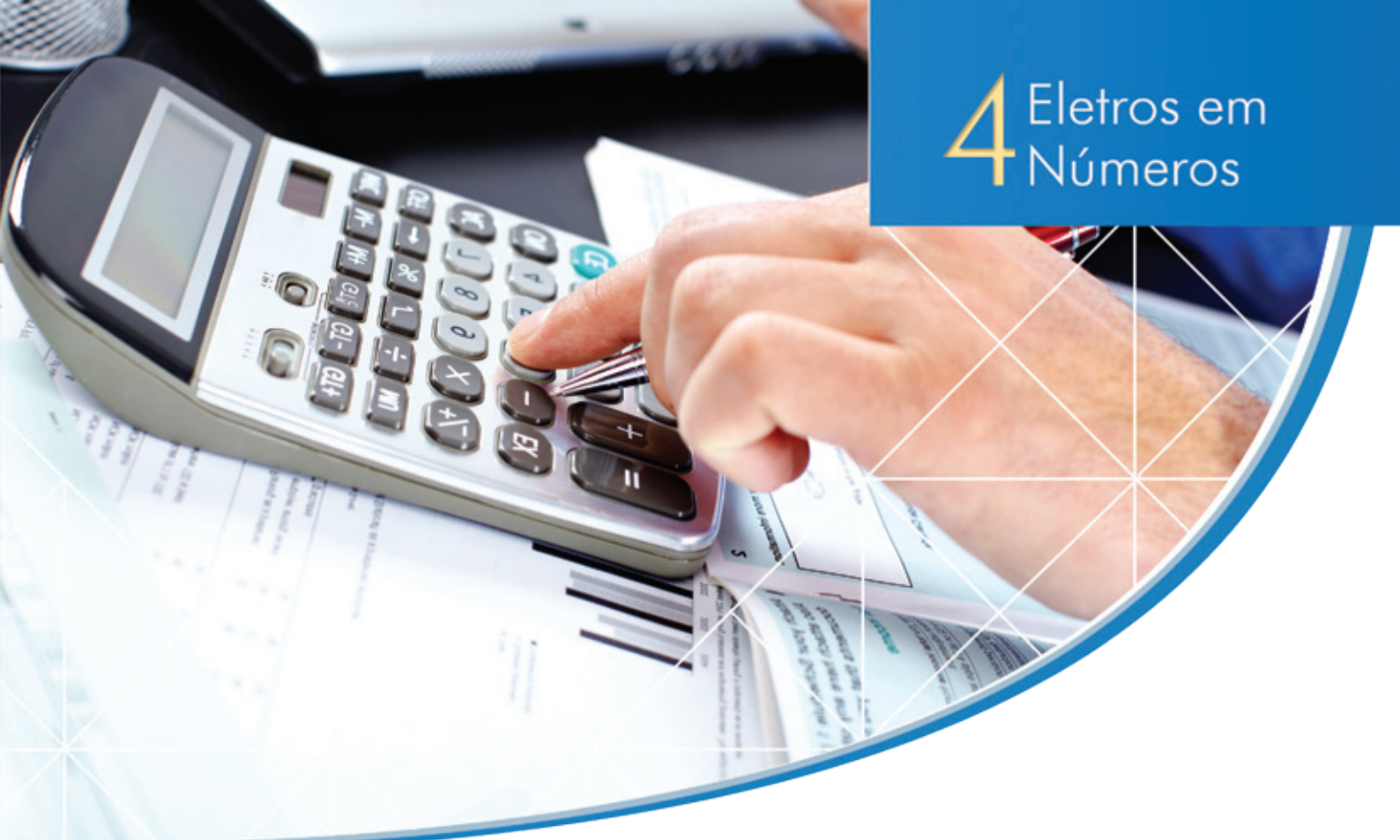
### **Campanha de alteração do Perfil de Investimento**

Desde 2010, a ELETROS oferece opções de investimentos para os participantes dos planos CD Eletrobrás e CD ONS. Em 2012, a possibilidade de escolher entre os perfis passou a ser semestral e se estendeu também aos assistidos (aposentados e pensionistas). Desta forma, os participantes podem escolher aquele que melhor se relaciona ao seu perfil de investidor e influenciar, de certa forma, no rendimento da reserva para a sua aposentadoria.

### **Melhora expressiva dos principais indicadores de satisfação geral com a ELETROS**

O trabalho realizado pela ELETROS para aproximar-se cada vez mais de seus participantes e assistidos tem se traduzido em satisfação – de todas as partes. O crescimento da utilização de ferramentas e iniciativas de Educação Financeira e Previdenciária conta com alta aprovação entre participantes, assistidos e colaboradores. Além disso, a Fundação promove ações digitais, facilitando e democratizando o acesso à Educação Financeira e Previdenciária - a Planilha de Orçamento Familiar é um exemplo, com aprovação de mais de 80% de pessoas que utilizam ou já utilizaram a ferramenta. A pesquisa também revelou que a administração da ELETROS também conta com alto índice de aprovação por parte de seus participantes e assistidos, provando que a satisfação não está apenas na comunicação ou ações digitais.





## Relatório de Participantes Ativos e Assistidos por Plano / 2012

### PLANO BD ELETROBRÁS

Eletronbras	190
Cepel	162
ELETROS	3
BPD	27
Autopatrocinador	0
Total de Ativos	382
Assistidos	1285
Pensão por Morte	370
Total de Assistidos	1655
<b>TOTAL DO PLANO BD ELETROBRÁS</b>	<b>2037</b>

### PLANO CD ELETROBRÁS

Eletronbras	926
Cepel	307
ELETROS	116
BPD	66
Autopatrocinador	59
Total de Ativos	1474
Assistidos	182
Pensão por Morte	11
Total de Assistidos	193
<b>TOTAL DO PLANO CD ELETROBRÁS</b>	<b>1667</b>

### PLANO CD ONS

ONS	786
Autopatrocinador	76
BPD	30

Total de Ativos	892
Assistidos	40
Pensão por Morte	8
Total de Assistidos	48
<b>TOTAL DO PLANO CD ONS</b>	<b>940</b>

### PLANO CV EPE

EPE	224
Autopatrocinador	29
BPD	-
Total de Ativos	253
Assistidos	-
Pensão por Morte	-
Total de Assistidos	-
<b>TOTAL DO PLANO CV EPE</b>	<b>253</b>

### PLANO CD CERON

CERON	592
Autopatrocinador	1
BPD	-
Total de Ativos	593
Assistidos	-
Pensão por Morte	1
Total de Assistidos	1
<b>TOTAL DO PLANO CD CERON</b>	<b>594</b>

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5491</b>
--------------------	-------------

# 5 Gestão de Investimentos

No decorrer desta seção, os participantes terão acesso às informações sobre os investimentos da ELETROS. Será possível consultar as rentabilidades auferidas em cada plano, o patrimônio da Fundação e a composição das carteiras de renda fixa e renda variável.

## CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2012 foi marcado pela instabilidade no mercado de ações e pela redução dos juros - fenômeno provocado tanto por fatores conjunturais externos, quanto estruturais internos, tais como a crise econômica europeia e o PIB em desaceleração. Este cenário colocou os fundos de pensão diante de grandes desafios no que diz respeito a obter, dos seus investimentos, a rentabilidade mínima necessária ao equilíbrio dos planos de benefícios, além das expectativas dos participantes. Assim, a rentabilidade da renda fixa apresentou uma trajetória de baixa, decorrente da queda dos juros dos títulos públicos. Todavia, em vez de beneficiar-se, a renda variável

manteve também uma baixa rentabilidade.

## PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS

A perspectiva para 2013 é mais favorável que a de 2012, com projeções de crescimento superior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, o ano ainda deverá ser de desafio para a rentabilidade dos planos de benefícios. As razões para tal estão associadas, por um lado, ao baixo retorno esperado para o segmento de renda fixa, onde está alocada a maior parte dos investimentos da Fundação e, por outro, ao risco da renda variável, principal alternativa para a diversificação, cuja rentabilidade é bem mais sensível aos fatores macroeconômicos e ao humor do mercado financeiro. Logo, é consenso entre os fundos de pensão, incluindo a ELETROS, que não se deva esperar que a obtenção de rentabilidades mais elevadas seja alcançada sem um aumento de risco nos investimentos, condição especialmente válida para 2013 e desafiadora para os gestores das entidades.

## Alocação entre os Segmentos - Geral

(R\$ Mil)

Segmentos	31.12.12	%	31.12.11	%	31.12.10	%	31.12.09	%	31.12.08	%	31.12.07	%	31.12.06	%
Renda Fixa	2.293.603	70	2.055.319	70	2.086.541	75	1.998.251	84	1.764.867	80	1.616.202	72	1.494.873	76
Renda Variável	574.708	17	479.866	16	358.295	13	199.446	8	246.472	11	471.701	21	294.114	15
Estruturados	50.550	2	45.482	2	40.962	1	-	-	0	0	-	-	-	-
Imóveis	234.905	7	215.893	7	104.572	4	75.693	3	76.154	3	69.030	3	76.111	4
Empréstimos	139.423	4	132.005	5	125.474	4	115.618	5	108.054	5	99.031	4	92.450	5
Consolidado	3.293.189	100	2.928.565	100	2.793.015	100	2.389.008	100	2.195.547	100	2.255.964	100	1.957.548	100

\*Em comparação com o Balanço, há, no ativo, Valores a Receber Judiciais de R\$ 17.347 e Valores Provisionados Judiciais de R\$ 10.181.

## Rentabilidade dos Planos de Benefícios

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CD ONS		CD EPE		CD CERON	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	23,25%	16,05%	13,58%	6,95%	13,58%	6,95%	13,58%	6,95%	13,58%	6,95%
Renda Variável	6,80%	0,57%	6,97%	0,73%	7,14%	0,88%	6,74%	0,51%	-3,54%	-9,17%
Imóveis	18,23%	11,33%	18,23%	11,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	12,91%	6,32%	13,81%	7,17%	13,24%	6,63%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Inv. Estruturados	11,14%	4,65%	11,14%	4,65%	11,14%	4,65%	11,14%	4,65%	0,00%	0,00%
Consolidado	19,73%	12,74%	12,52%	5,95%	12,11%	5,57%	12,25%	5,69%	12,39%	5,83%

## Indicadores de Mercado

	2012	DEZ-12
INPC	6,20%	0,74%
CDI	8,40%	0,53%

## Rentabilidade dos Perfis de Investimentos

Perfis	CD PURO	CD ONS
AGRESSIVO	12,00%	11,70%
MODERADO	13,28%	12,23%
ELETROS	12,26%	12,06%
CONSERVADOR	13,11%	12,87%
SUPER CONSERVADOR	13,79%	13,53%

## Alocação dos Investimentos

(R\$ Mil)

Segmentos	BD Eletrobrás	%	CD Eletrobrás	%	CD ONS	%	CV EPE	%	CD CERON	%
Renda Fixa	1.346.692	69,81	714.671	67,32	141.265	68,48	19.722	84,43	8.909	87,27
Renda Variável	297.119	15,40	220.254	20,74	52.650	25,52	3.386	14,49	1.299	12,73
Estruturados	29.675	1,54	17.856	1,68	2.766	1,34	252	1,08	-	0,00
Imóveis	170.354	8,83	64.494	6,07	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Empréstimos	85.303	4,42	44.511	4,19	9.609	4,66	-	0,00	-	0,00
Consolidado	1.929.143	100,00	1.061.786	100,00	206.290	100,00	23.360	100,00	10.208	100,00

## Aderência da Alocação dos Investimentos à Política de Investimento - PI

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CD ONS		CD EPE		CD CERON	
	PI	DEZ-12	PI	DEZ-12	PI	DEZ-12	PI	DEZ-12	PI	DEZ-12
Renda Fixa	56,00% a 90,00%	69,81%	47,00% a 86,00%	67,32%	51,00% a 86,00%	68,48%	69,00% a 95,00%	84,43%	80,00% a 100,00%	87,27%
Renda Variável	5,00% a 25,00%	15,40%	10,00% a 35,00%	20,74%	10,00% a 35,00%	25,52%	5,00% a 25,00%	14,49%	0,00% a 20,00%	12,73%
Estruturados	0,00% a 6,00%	1,54%	0,00% a 6,00%	1,68%	0,00% a 6,00%	1,34%	0,00% a 6,00%	1,08%	0,00% a 6,00%	0,00%
Imóveis	2,00% a 6,00%	8,83%	2,00% a 6,00%	6,07%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	3,00% a 7,00%	4,42%	2,00% a 6,00%	4,19%	4,00% a 8,00%	4,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

## Rentabilidade Nominal Prevista na PI x Realizada

Pefis	Prevista	Realizada
BD Eletrobrás	13,50%	19,73%
CD Eletrobrás Puro	13,08%	12,39%
CD Eletrobrás Saldado	12,70%	12,89%
CD ONS	13,08%	12,11%
CV EPE	13,00%	12,25%
CD CERON	12,00%	12,39%



## Investimentos por Modalidades de Aplicação

Planos	BD Eletrobrás		CD ONS		CD Eletrobrás		CV EPE		CD CERON	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Investimentos em Renda Fixa	1.346.692	69,81%	141.265	68,48%	714.671	67,32%	19.722	84,43%	8.909	87,27%
Notas Tesouro Nacional	696.623	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Poupança	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Hipotecárias	183.961	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	50.446	-	29.962	-	151.579	-	4.183	-	1.890	-
Fundos de Renda Fixa	391.584	-	111.303	-	563.092	-	15.539	-	7.019	-
Debêntures Não Conversíveis	24.060	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Renda Variável	297.119	15,40%	52.650	25,52%	220.254	20,74%	3.386	14,49%	1.299	12,73%
Mercado à Vista	198.125	-	35.047	-	146.881	-	2.254	-	865	-
Bonus de Subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	98.994	-	17.603	-	73.373	-	1.132	-	434	-
Investimentos Estruturados	29.675	1,54%	2.766	1,34%	17.856	1,68%	252	1,08%	0	0,00%
Fundos Multimercado	29.675	-	2.766	-	17.856	-	252	-	-	-
Investimentos em Imóveis	170.354	8,83%	0	0,00%	64.493	6,07%	0	0,00%	0	0,00%
Imóveis para Aluguel e Renda	162.311	-	-	-	61.448	-	-	-	-	-
Imóveis de Uso Próprio	6.122	-	-	-	2.318	-	-	-	-	-
Outros valores	1.921	-	-	-	727	-	-	-	-	-
Empréstimos	85.303	4,42%	9.609	4,66%	44.511	4,19%	0	0,00%	0	0,00%
Emergência	285	-	-	-	42	-	-	-	-	-
Financeiro	77.108	-	9.638	-	44.832	-	-	-	-	-
Vesting	8.338	-	-	-	1	-	-	-	-	-
FABES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão P/ Devedores Duvidosos	(428)	-	(29)	-	(364)	-	-	-	-	-
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>1.929.143</b>	<b>100,00%</b>	<b>206.290</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.061.785</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.360</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.208</b>	<b>100,00%</b>

## Carteiras de Investimentos (Renda Fixa e Investimentos Estruturados)

(em 31/12/2012)

Ativo (R\$ Mil)	Eletros	Estratégica	Índices	Votorantim	Bradesco	Alfa	Itaú	Total	%
CDB-PÓS	-	-	-	63.328	43.598	62.440	-	169.366	7,23%
DEBÊNTURES	24.060	-	-	92.790	30.375	58.635	-	205.860	8,78%
Fundo FIDC	15.004	-	-	-	15.004	14.788	-	44.796	1,91%
Fundos Multimercado	-	-	-	-	-	-	49.301	49.301	2,10%
Fundos Renda Fixa	-	-	-	-	-	-	1.249	1.249	0,05%
LETRAS FINANCEIRAS	-	-	238.059	59.104	72.471	-	-	369.634	15,77%
LETRAS HIPOTECÁRIAS	183.961	-	-	-	-	-	-	183.961	7,85%
NTN-B	240.091	-	-	-	-	-	-	240.091	10,24%
NTN-C	456.532	-	-	-	-	-	-	456.532	19,48%
OVER	-	-	-	68.001	81.229	474.113	-	623.343	26,59%
POUPANÇA	18	-	-	-	-	-	-	18	0,00%
<b>Total</b>	<b>919.666</b>	<b>0</b>	<b>238.059</b>	<b>283.223</b>	<b>242.677</b>	<b>609.976</b>	<b>50.550</b>	<b>2.344.151</b>	<b>100,00%</b>
<b>%</b>	<b>39,23%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,16%</b>	<b>12,08%</b>	<b>10,35%</b>	<b>26,02%</b>	<b>2,16%</b>	<b>100,00%</b>	

# Renda Variável

(em 31/12/2012)

## Carteira Própria

Ações	Quantidade	Preço	Financeiro (R\$ Mil)	Mercado (%)	
ANHANGUERAON N2	56.300	34,57	1.946	0,51%	Educação
LOJAS MARISA ON NM	58.700	32,53	1.910	0,50%	Varejo & Serviços
AMBEVPN *EDJ	323.155	85,58	27.656	7,30%	Alimentos Bebidas&Fumo
ARTR ON	101.800	18,95	1.929	0,51%	Rodovias
BRASILON EJ NM	334.100	25,60	8.553	2,26%	Bancos
BRADESCO PN EB N1	916.487	35,17	32.233	8,51%	Bancos
ISHARES BOVA	31.700	59,69	1.892	0,50%	Outros
BRAZIL PHARMA ON	110.000	14,40	1.584	0,42%	Farmácia
BRADSPARP N1	79.400	32,83	2.607	0,69%	Mineração
BRF FOODS ON NM	281.700	42,19	11.885	3,14%	Alimentos Bebidas&Fumo
BRASKEMPNA N1	183.500	12,80	2.349	0,62%	Químico & Petroquímico
BR MALLS PARON	172.200	27,02	4.653	1,23%	Shopping & Properties
BRPR ON NM	148.000	25,50	3.774	1,00%	Shopping & Properties
BMF BOVESPA ON NM	562.000	14,00	7.868	2,08%	Outros
CCR RODOVIAS ON NM	331.300	19,45	6.444	1,70%	Rodovias
CIELO ON NM	109.500	56,99	6.240	1,65%	Varejo & Serviços
CEMIGPN * N1	176.961	22,60	3.999	1,06%	Elétrico
CPFL ENERGIA ON NM	108.800	21,40	2.328	0,61%	Elétrico
COPELPNB*	81.300	31,70	2.577	0,68%	Elétrico
COSAN ON NM	41.700	41,75	1.741	0,46%	Bio-Combustível
COPASA ON NM	22.300	43,75	976	0,26%	Saneamento
SID NACIONAL ON NM	103.600	11,86	1.229	0,32%	Siderurgia
CYRELA REALTON NM	136.200	17,89	2.437	0,64%	Construção
DASA ON NM	115.600	13,19	1.525	0,40%	Saúde
DURATEX ON MM	86.200	14,85	1.280	0,34%	Construção
EMBRAER ON NM	136.200	14,45	1.968	0,52%	Transporte
ENERGIAS BRON NM	90.800	12,49	1.134	0,30%	Elétrico
ESTACIO PART	53.400	41,72	2.228	0,59%	Educação
EVEN	201.500	9,40	1.894	0,50%	Construção
GERDAUPN N1	516.900	17,93	9.268	2,45%	Siderurgia
CIA HERINGON N1	49.000	41,99	2.058	0,54%	Varejo & Serviços
HYPERMARCAS ON NM	219.200	16,62	3.643	0,96%	Farmácia
ITAUSAPN N1	2.268.268	9,69	21.980	5,80%	Bancos
ITAU UNIBANCO PN N1	646.700	33,39	21.593	5,70%	Bancos
JBS SAON	591.400	6,00	3.548	0,94%	Alimentos Bebidas&Fumo
KLABIN S/APN ED N1	169.800	12,79	2.172	0,57%	Papel e Celulose
KROTON ON	45.900	46,25	2.123	0,56%	Educação
LOJAS AMERICPN	128.575	18,33	2.357	0,62%	Varejo & Serviços

LOJAS RENNERON NM	60.500	79,75	4.825	1,27%	Varejo & Serviços
M.DIASBRANCOON NM	50.400	78,09	3.936	1,04%	Alimentos Bebidas&Fumo
MILLS ESTR E SERV ENG	118.900	34,00	4.043	1,07%	Outros
MPX ENERGIA	97.500	11,15	1.087	0,29%	Elétrico
MARFRIG ON	288.400	8,48	2.446	0,65%	Alimentos Bebidas&Fumo
MRV ENGENHARIA E PART	109.100	11,98	1.307	0,35%	Construção
MULTIPLAN EMP IMOBILIÁRIOS	52.900	60,20	3.185	0,84%	Shopping & Properties
NATURAON NM	58.700	58,64	3.442	0,91%	Varejo & Serviços
ODONTOPREVON NM	100.400	10,73	1.077	0,28%	Saúde
OIBR - OI PN	338.500	8,32	2.816	0,74%	Telecom & Tecnologia
P.ACUCAR-CBDPN * N1	36.900	90,50	3.339	0,88%	Varejo & Serviços
PDG REALTON NM	392.400	3,31	1.299	0,34%	Construção
PETROBRASON	1.116.200	19,55	21.822	5,76%	Petróleo & Gás
PETROBRASPN	1.573.776	19,52	30.720	8,11%	Petróleo & Gás
MARCOPOLOPN N2	99.100	12,90	1.278	0,34%	Transporte
PORTO SEGUROON NM	35.800	23,49	841	0,22%	Seguro
QGEP ON NM	141.200	13,12	1.853	0,49%	Petróleo & Gás
RADL - RAIADROGASIL ON	66.700	23,07	1.539	0,41%	Farmácia
SABESPON * NM	42.500	86,87	3.692	0,97%	Saneamento
SUZANO PAPELPNA I06 N1	109.300	7,02	767	0,20%	Papel e Celulose
TRACTEBELON NM	90.600	33,35	3.022	0,80%	Elétrico
TOTVSON ED NM	47.700	40,39	1.927	0,51%	Telecom & Tecnologia
ULTRAPARON N1	86.600	46,29	4.009	1,06%	Químico & Petroquímico
USIMINASON	58.100	13,67	794	0,21%	Siderurgia
USIMINAS PNA N1	165.700	12,80	2.121	0,56%	Siderurgia
VALE R DOCEON N1	562.308	42,28	23.774	6,28%	Mineração
VALE R DOCEPNA N1	615.700	40,87	25.164	6,64%	Mineração
VIVT - TELEF BRASIL PN	103.200	49,00	5.057	1,34%	Telecom & Tecnologia

Total de Mercado	-	-	361.333	100,00%
------------------	---	---	---------	---------

### Terceirizados

Ações	Quantidade	Preço	Financeiro (R\$ Mil)	Mercado (%)
Bradesco Leblon	813.600	113,18	92.080	48,07%
Gap Arpoador	853.739	116,49	99.455	51,93%
Total de Mercado	-	-	191.535	100,00%

### Outros

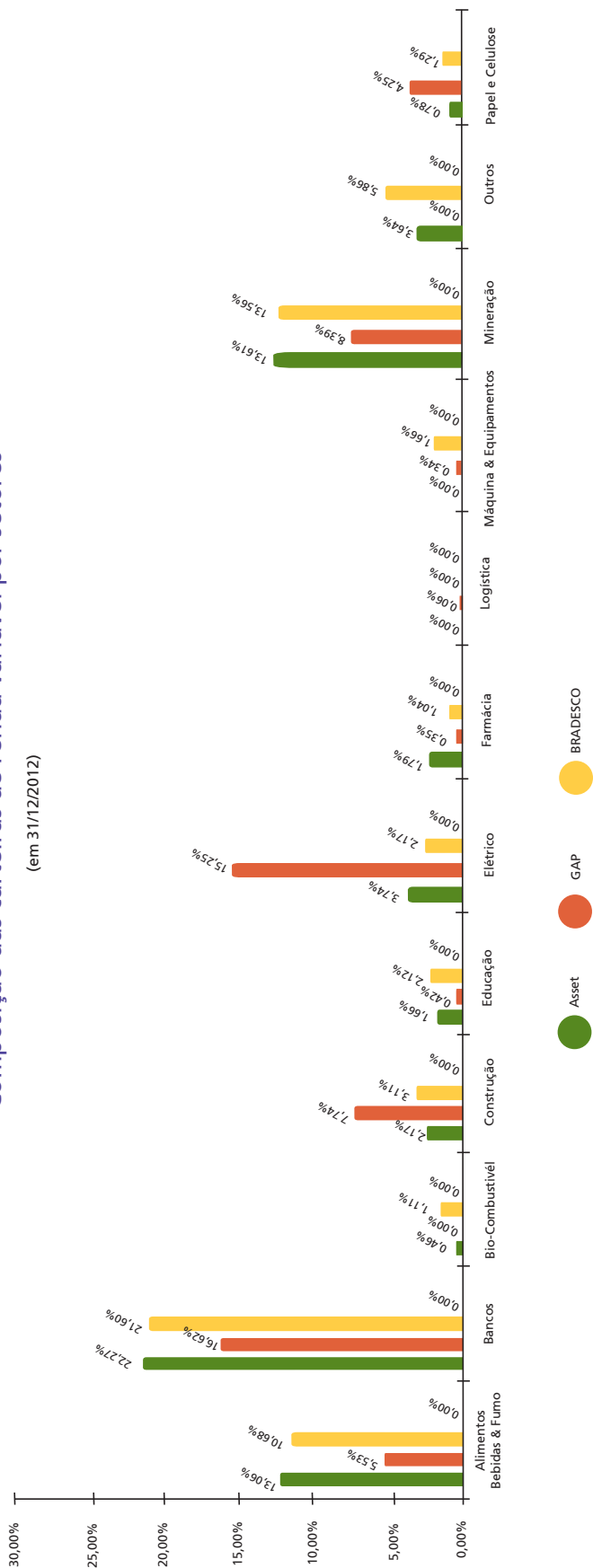
Ações	Quantidade	Preço	Financeiro (R\$ Mil)	Mercado (%)
GTD ON	7.722.466	0,12	963	21,82%
GTD PN	6.932.466	0,12	864	19,59%
OUTROS VALORES	2.585.532	1,00	2.586	58,59%
Total de Mercado	-	-	-	-

Total Geral: 574.707

(Soma da Carteira Própria + Terceirizados + Outros)

Composição das carteiras de renda variável por setores

(em 31/12/2012)



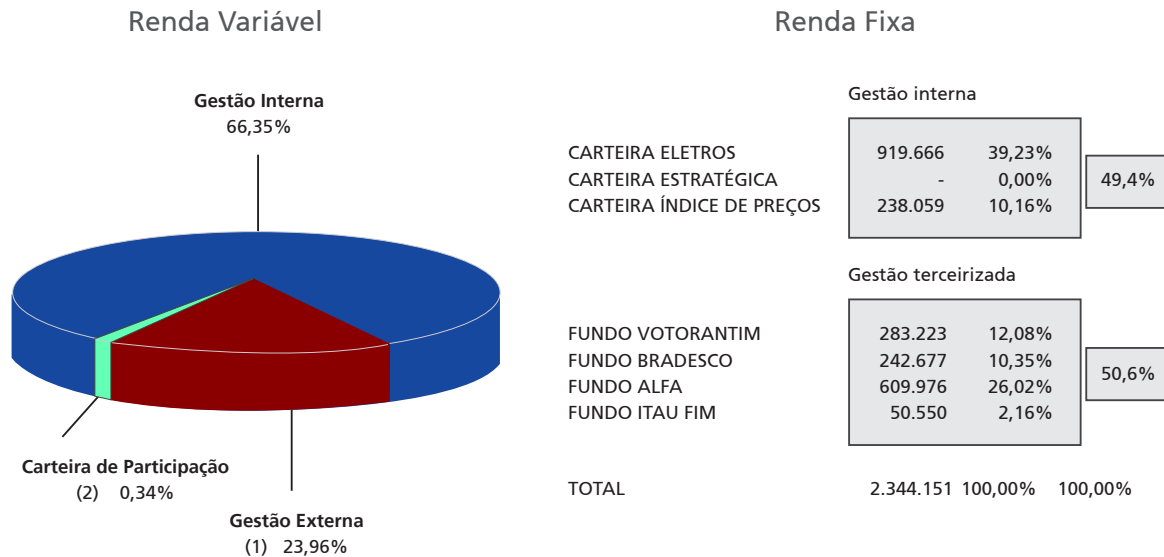


## Enquadramento

Descrição	Límite	BD Eletrobrás	CD ONS	CD Eletrobrás	CV EPE	CD CERON
		31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Investimentos (R\$ Mil)	-	1.929.143	206.290	1.061.786	23.360	10.208
% do total de investimentos	-	58,6%	6,3%	32,2%	0,7%	0,3%
Investimentos em Renda Fixa (R\$ Mil)	-	1.346.692	141.265	714.671	19.722	8.909
% Renda Fixa Total	100%	69,8%	68,5%	67,3%	84,4%	87,3%
% Títulos Públicos Federais	100%	46,0%	30,4%	29,8%	37,2%	38,4%
% Outros Títulos de Renda Fixa	80%	23,8%	38,1%	37,5%	47,2%	48,9%
Investimentos em Renda Variável (R\$ Mil)	-	297.119	52.650	220.254	3.386	1.299
% Renda Variável Total	70%	15,4%	25,5%	20,7%	14,5%	12,7%
% Novo Mercado	70%	5,2%	8,7%	7,1%	4,9%	4,3%
% Nível 2	60%	6,1%	10,2%	8,2%	5,8%	5,1%
% Nível 1	50%	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%
% Outras ações	35%	3,5%	5,7%	4,8%	2,5%	2,8%
% Valores a receber/ a pagar	-	0,4%	0,6%	0,3%	1,1%	0,3%
Investimentos Estruturados (R\$ Mil)	-	29.675	2.766	17.856	252	0
% Investimentos Estruturados Total	20%	1,5%	1,3%	1,7%	1,1%	0,0%
Investimentos no Exterior (R\$ Mil)		0	0	0	0	0
% Investimentos no Exterior Total	10%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Investimentos em Imóveis (R\$ Mil)	-	170.354	0	64.494	0	0
% Imóveis Total	8%	8,8%	0,0%	6,1%	0,0%	0,0%
Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)		85.303	9.609	44.511	0	0
% Empréstimos e Financiamentos Total	15%	4,4%	4,7%	4,2%	0,0%	0,0%

Atendendo à Resolução nº. 3792 do Conselho Monetário Nacional, de 28 de setembro de 2009, que regula os limites de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, assim como sua divulgação, demonstramos as informações constantes do Demonstrativo de Investimentos referente ao ano de 2012.

## Distribuição dos Recursos entre Gestão interna e terceirizada



(1) Fundos:Gap Arpoador e Bradesco Leblon.

(2) 'GTD ON, GTD PN e Dividendos

Do total das aplicações em Renda Variável (R\$ 574.707 mil), cerca de 33,3% (R\$ 191.535) é administrado pelos gestores externos Gap Asset e Bradesco Asset. A maior parte (67,7%) é administrada internamente.

Na renda fixa, R\$ 1.157.725 mil (49,4%) compõem a carteira própria ou interna. Os demais recursos (R\$ 1.186.426 mil ou 50,6%) estão alocados em 4 (quatro) fundos de investimentos externos. A Eletros participa no comitê de investimentos de todos os fundos e 1 (hum), Búzios Multimercado FIC FI, é enquadrado no Segmento de Investimentos Estruturados.

(R\$ mil)

## Custos associados à gestão dos Investimentos

(em 31/12/2011)

DESPESAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS	TOTAL	FIF's	FIAs	CP	MULT	DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE INVESTIMENTOS		TOTAL
Custódia	(276.869)	(107.844)	(12.540)	(151.699)	(4.786)		Pessoal e encargos	(8.557)
Controladoria	(70.126)	(26.961)	(4.044)	(37.925)	(1.196)		Treinamentos/congressos e seminários	(103)
Gestão	(984.799)	(173.381)	(649.868)	-	(161.550)		Viagens e estadias	(45)
CETIP	(165.425)	(58.940)	(29.315)	(65.455)	(11.715)		Serviços de terceiros	(1.884)
SELIC	(43.035)	(16.624)	(4.245)	(22.166)	-		Despesas gerais	(808)
ANBIMA	(15.663)	(9.183)	(3.764)	-	(2.716)		Depreciações e amortizações	(478)
Taxa de Bolsa	(3.288.936)	-	(471.598)	(2.817.338)	-		TOTAL	(11.875)
Taxa CVM	(139.945)	(98.185)	(34.080)	-	(7.680)			
Cartório	(1.232)	(514)	(718)	-	-			
Taxa CBLC	(15.651)	-	(5.169)	(10.482)	-			
Auditoria	(22.252)	(10.178)	(9.563)	-	(2.511)			
Tx de Permanência	(926)	-	(161)	(765)	-			
<b>TOTAL</b>	<b>(5.024.861)</b>	<b>(501.810)</b>	<b>(1.225.067)</b>	<b>(3.105.830)</b>	<b>(192.154)</b>			

# Política de Investimento 2013

## Introdução

A Política de Investimento da ELETROS para o exercício de 2013 (“PI 2013”) deve ser aplicada aos planos de benefícios previdenciários e ao plano administrativo geridos pela entidade. Após cumprir as etapas do processo decisório interno, que inclui a avaliação e a recomendação dos comitês internos, foi submetida pela Diretoria Executiva à aprovação do Conselho Deliberativo. Para a função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) está designado o Diretor Financeiro, que por esta razão é o responsável pelos investimentos junto ao órgão supervisor.

O dever fiduciário que orienta a implementação da PI 2013 requer conformidade com as condições estabelecidas para cada plano, sejam regulamentos, políticas ou outras, além de comportamento prudente, ético e zeloso dos gestores. Em linha com as melhores práticas de gestão em fundos de pensão, a política de investimento é uma importante ferramenta de planejamento está orientada pelas características do plano de benefícios gerido.

Em 2013, a taxa de juros real no Brasil deverá ser uma das mais baixas nos últimos anos, reduzindo o rendimento esperado para o segmento de renda fixa e requerendo adequações da política de investimento à nova realidade. Em decorrência, a tendência à alocação em investimentos de maior risco deverá prosseguir, o que faz com que os objetivos de retorno e risco devam estar ajustados ao cenário.

A PI 2013 apresenta e define diretrizes, objetivos, alocação e seleção de ativos, administração de riscos, responsabilidade e dá outras orientações. Des-

tina-se aos participantes, em especial, mas também aos colaboradores e público em geral que precisem entender e se integrar aos seus objetivos, facilitando a comunicação, a transparência, o acompanhamento da gestão e do desempenho dos planos.

## 1. Diretrizes de Investimentos

A PI 2013 busca a integração da gestão dos investimentos às obrigações associadas ao tipo de plano, baseando-se nas seguintes diretrizes:

- Na aplicação por plano, a saber:
  - > Plano BD Eletrobrás
  - > Plano CD Eletrobrás, composto por:
    - > Plano CD Saldado (BPDS)
    - > Plano CD Eletrobrás Puro
  - > Plano CD ONS
  - > Plano CV EPE
  - > Plano CD CERON
  - > Plano de Gestão Administrativa (PGA)
- Na premissa de que os ativos que compõem os recursos garantidores (“patrimônio”) são investidos com uma visão de médio e de longo prazo, orientada por metas adequadas de retorno e risco.
- Na alocação de ativos como fator determinante da rentabilidade, razão pela qual as decisões a ela relacionadas são as mais importantes a serem tomadas ao longo do exercício.
- Na diversificação entre os segmentos e entre os ativos que os compõem como fator básico de redução de risco dos investimentos, orientada pelos instrumentos específicos de administração de riscos dos investimentos da entidade.
- Na integração com o cenário macroeconômico e dos investimentos apresentados no anexo, os quais, pela sua dinâmica, estão sujeitos a revisões ao longo do ano.



## 2. Objetivos para 2013

A preservação do valor econômico-financeiro do patrimônio é uma meta permanente da ELETROS e adicionam-se os seguintes objetivos para 2013, por

ordem de prioridade:

- Buscar superar as seguintes metas reais de rentabilidade, as quais devem estar ajustadas aos riscos dos investimentos: 4,6%.

	Exercício de 2013	Médio Prazo (2013 a 2015)	Longo Prazo (2013 a 2017)
Plano BD	3,4%	4,6%	5,0%
Plano CD Puro (Perfil ELETROS)	3,4%	4,8%	5,4%
Plano CD Saldado (BPDS)	3,5%	4,4%	4,9%
Plano CD ONS (Perfil ELETROS)	3,2%	4,6%	5,3%
Plano CV EPE	3,3%	4,2%	4,7%
Plano CD Ceron	2,8%	4,0%	4,4%
PGA	2,6%	3,6%	3,8%

Obs: (1) Metas de rentabilidade bruta acima do INPC.

(2) As metas de rentabilidade foram elaboradas em estudo interno (Nota Técnica DFI/GAA-122/12)

- Obter rentabilidade adicional a fim de contribuir para o equilíbrio econômico-financeiro do plano BD Eletrobrás e para aumentar o valor do patrimônio dos demais planos.

- Superar a média das rentabilidades do segmento de renda fixa, de renda variável e do patrimônio de planos fechados com perfil de risco comparável.

Para o alcance dos objetivos acima, a ELETROS buscará implementar as propostas de alocação e seleção de ativos, sujeitas aos limites e parâmetros definidos nesta política.

## 3. Alocação e seleção de ativos por Plano

A gestão de investimentos da ELETROS se baseia na segregação entre alocação e seleção de ativos.

A tomada de decisão cabe à Diretoria Executiva com base em recomendações da equipe interna – exceto

nos fundos de investimento com gestão interna.

A equipe de gestão interna possui a atribuição de analisar, elaborar e executar as operações, além de propor critérios para os investimentos em conformidade com normas e procedimentos aprovados.

A alocação de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição do patrimônio de cada plano entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, empréstimos, investimentos estruturados e no exterior, permitidos pela legislação vigente.

- A alocação de ativos é de responsabilidade da equipe interna, exceto na alocação em renda variável dos perfis de investimento que pode ser uma opção do participante.

- A alocação de ativos é avaliada pelo CAA e as propostas são encaminhadas por esse comitê ao CEI, a quem cabe decidir, exceto nos casos previstos nesta política.

A seleção de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição de cada segmento do plano entre as modalidades (incluindo títulos e fundos de investimento) permitidas pela legislação, compreendendo a análise e a execução de operações.

- A seleção de ativos é de responsabilidade da equipe interna, no caso de gestão feita diretamente pela entidade, ou dos gestores externos, no caso dos fundos de investimento.

- A seleção de ativos é avaliada pelo CGC e as propostas são encaminhadas por esse comitê ao CEI, a quem cabe decidir, exceto nos casos previstos nesta política.

Para o alcance dos objetivos da PI 2013, as estratégias de seleção de ativos deverão, no mínimo, superar as metas definidas para cada segmento, obedecendo aos respectivos limites, requisitos e condições.

## A. RENDA FIXA

A rentabilidade real da renda fixa em 2013 deverá ser

uma das menores dos últimos anos, mas o baixo risco do segmento é compensador e tende a preservar o valor dos títulos aqui investidos, com os seguintes objetivos para 2013:

> Estar vinculados aos desembolsos financeiros previdenciários.

> Proporcionar proteção contra a inflação.

> Obter ganhos em relação aos índices de referência para o segmento.

A meta de rentabilidade do segmento de renda fixa em 2013 será equivalente à variação de **103% do CDI** acumulada no ano.

### A.1. ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DA EM RENDA FIXA POR PLANO

A renda fixa permanecerá como o segmento de maior alocação no patrimônio o que indica a tendência conservada da política de investimento para 2013.

## ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DA RENDA FIXA PARA 2013

Plano	Alocação em relação ao patrimônio					
	Estimada Dez/2012	Proposta para 2013			Rentabilidade	
		Mínima	Alvo	Máxima	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	70%	53%	68%	86%	8,2%	2,3%
Plano CD Eletrobrás Total	67%	49%	65%	84%	8,0%	2,2%
Plano CD Eletrobrás Puro **	66%	47%	64%	84%	8,0%	2,2%
Plano CD Saldado (BPDS)	71%	54%	69%	87%	8,0%	2,2%
Plano CD NOS **	70%	51%	67%	86%	8,0%	2,2%
Plano CV EPE	83%	69%	78%	90%	8,0%	2,2%
Plano CD Ceron	85%	80%	80%	90%	8,0%	2,2%
PGA	100%	100%	100%	100%	8,0%	2,2%

(\*) Real acima do INPC estimado em 5,7% para 2013.

(\*\*) Somando todos os perfis de investimento.

## A.2. SELEÇÃO DE ATIVOS NA RENDA FIXA

São elegíveis para compor o segmento de renda fixa de cada plano as modalidades de investimento permitidas pela legislação em vigor.

A negociação de ativos no segmento deve estar em conformidade com as condições e requisitos da legislação, com o processo decisório, no caso da gestão interna, e com o regulamento dos fundos de investimento, no caso da gestão externa, considerando-se que:

- Os limites de enquadramento, de concentração por emissor e por investimento dispostos na legislação em vigor se aplicam em cada plano, adicionando-se:

- Na aquisição para a gestão interna e para os fundos de investimento exclusivos, o limite de um emissor privado, incluindo aplicações já existentes, não poderá ultrapassar 10% do total da renda fixa da ELETROS.

- A classificação de risco ("rating") mínima aplicável à aquisição de ativos de emissor não financeiro para a gestão interna e para os fundos de investimento exclusivos de renda fixa será, no mínimo, de:

- "AA" da agência Fitch Ratings Brasil, ou o seu equivalente, no caso de ativos com prazo médio acima de cinco anos.

- "A" da agência Fitch Rating Brasil, ou o seu equivalente, nos demais casos.

A seleção de ativos de renda fixa do plano BD Eletrobrás permanecerá orientada pelo fluxo de desembolsos previdenciários, o qual orienta a composição da carteira ALM (exclusiva do plano). Complementarão o segmento do BD Eletrobrás (i) outros títulos indexados à inflação e (ii) demais modalidades com objetivo de superar os índices de referência do segmento.

Para se vincular ao fluxo de desembolsos previdên-

ciais, o prazo médio dos títulos de renda fixa do BD Eletrobrás tenderá a ser mais elevado, o que faz com que o segmento seja mais sensível às oscilações das taxas de juros de mercado do que os demais planos – desde que os títulos permaneçam marcados a mercado.

Como regra geral, a seleção de ativos de renda fixa dos planos CD Eletrobrás, CD ONS, CV EPE, CD Ceron e PGA seguirá as mesmas estratégias em 2013, orientando-se para a proteção contra a inflação e para ganhos frente aos índices de referência do segmento.

A liquidez do segmento de renda fixa é provedora de primeira ordem dos compromissos financeiros dos planos. Deverá ser mais elevada no BD Eletrobrás em razão do seu fluxo de caixa, com desembolsos maiores superiores às contribuições previdenciárias, situação que também ocorre no CD Eletrobrás Saldado (BPDS), embora em menor dimensão.

## B. RENDA VARIÁVEL

Em razão do porte, organização de mercado, transparência, potencial de valorização e por possuir critérios já consolidados pela equipe interna quanto à avaliação entre retorno e risco, a tendência da renda variável é de permanecer como principal opção de saída da renda fixa, possuindo os seguintes objetivos para 2013:

- Proporcionar rentabilidade superior à da renda fixa;

- Ser a primeira fonte de rentabilidade para o alcance das metas de 2013;

- Obter ganhos em relação aos índices de referência para o segmento, os quais deverão estar vinculados às estratégias de médio e de longo prazo.

A meta da rentabilidade do segmento de renda variável em 2013 será equivalente à variação do IBrX acrescida de 2% acumulada no ano.

## B.1 ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DA RENDA VARIÁVEL POR PLANO

A renda variável permanecerá como o segundo segmento de maior alocação no patrimônio dos planos em 2013, superada apenas pela renda fixa.

ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DA RENDA VARIÁVEL PARA 2013						
Plano	Alocação em relação ao patrimônio					
	Estimada Dez/2012	Proposta para 2013			Rentabilidade	
		Mínima	Alvo	Máxima	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	14%	5%	15%	25%	12,2%	6,2%
Plano CD Eletrobrás Total	20%	9%	22%	32%	12,2%	6,2%
Plano CD Eletrobrás Puro **	22%	10%	25%	35%	12,2%	6,2%
Perfil ELETROS do CD Puro ***	22%	10%	25%	35%	12,2%	6,2%
Plano CD Saldado (BPDS)	14%	5%	15%	25%	12,2%	6,2%
Plano CD ONS **	22%	10%	25%	35%	12,2%	6,2%
Perfil ELETROS do CD ONS	22%	10%	25%	35%	12,2%	6,2%
Plano CV EPE	15%	10%	20%	25%	12,2%	6,2%
Plano CD Ceron	15%	10%	20%	20%	12,2%	6,2%

\*Real acima do INPC estimado em 5,7% para 2013.

\*\* Somando todos os perfis de investimento.

\*\*\* Alocação em relação ao total do perfil ELETROS.

## PERFIS DE INVESTIMENTO

A alocação em renda variável permanecerá como opção do participante nos planos que possuam perfis de investimento, o qual poderá escolher por:

Perfil Super Conservador	0%
Perfil Conservador	15%
Perfil Moderado	30%
Perfil Agressivo	45%
Perfil ELETROS	De acordo com a PI 2013

Os valores de alocação em renda variável da tabela poderão variar em até cinco pontos percentuais

para cima ou para baixo, exceto no perfil Super Conservador, que não possui participação no segmento. Essas e outras condições devem ser observadas pelo participante, as quais estarão disponíveis para o seu conhecimento, além de poder contar com o atendimento da ELETROS para esclarecimentos de dúvidas.

## B.2 SELEÇÃO DE ATIVOS NA RENDA VARIÁVEL

São elegíveis para compor o segmento de renda variável de cada plano as ações de emissão de companhias abertas e os correspondentes bônus de subscrição, recibos de subscrição e certificados de depósitos, e as cotas de fundos de índice referenciados em cesta de ações de companhias abertas, admitidas à negocia-

ção em bolsa de valores. Os investimentos nas demais modalidades de renda variável permitidas pela legislação deverão ser aprovados caso a caso pelo Conselho Deliberativo.

A negociação de ativos no segmento deve estar em conformidade com as condições, requisitos, limites de enquadramento, de concentração por emissor e por investimento dispostos na legislação em vigor, com o processo decisório, no caso de gestão interna, e regulamentos dos fundos de investimento, no caso da gestão externa.

Buscando diversificar as estratégias no segmento, em 2013 deverá ser implementado um mandato diferenciado para a carteira de ações, desvinculado do IBrX e dos principais índices da bolsa – contudo, sua meta de rentabilidade ainda não está definida.

## C. IMÓVEIS

Os investimentos em imóveis deverão permanecer restritos aos planos BD e CD Eletrobrás, possuindo os seguintes objetivos para 2013:

- Proporcionar rentabilidade superior a da renda fixa;
- Avaliar oportunidades de alienação parcial da carteira;

A meta da rentabilidade do segmento de imóveis em 2013 será equivalente à variação do INPC acrescida de 6%.

O objetivo de alienar parte da carteira atual de imóveis fará com que a alocação no segmento tenda a se reduzir, embora o plano BD Eletrobrás possa continuar acima do limite legal por efeito das reavaliações ocorridas nos últimos exercícios.

### ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DOS IMÓVEIS PARA 2013

Plano	Alocação em relação ao patrimônio					
	Estimada Dez/2012	Proposta para 2013			Rentabilidade	
		Mínima	Alvo	Máxima	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	9%	6%	8%	9%	12%	6%
Plano CD Eletrobrás Total	6%	4%	5%	6%	12%	6%
Plano CD Eletrobrás Puro **	6%	4%	5%	6%	12%	6%
Plano CD Saldado (BPDS)	7%	4%	6%	7%	12%	6%

\*Real acima do INPC estimado em 5,7% para 2013.

\*\* Somando todos os perfis de investimento.

São elegíveis para compor o segmento de imóveis da ELETROS as modalidades de investimentos permitidas pela legislação em vigor, nos limites de enquadramento ali dispostos.

As operações com imóveis deverão obedecer ao processo decisório interno. A aquisição e a alienação de

bens imóveis e a constituição de ônus reais sobre os mesmos compete ao Conselho Deliberativo.

A participação no setor imobiliário poderá ser feita de forma indireta através de outros segmentos – como são os casos dos fundos de recebíveis e dos fundos imobiliários.

## D. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS)

As operações de empréstimo aos participantes e assistidos deverão permanecer restritas aos planos BD, CD Eletrobrás e CD ONS, tendo por objetivo superar a rentabilidade da renda fixa.

A meta de rentabilidade do segmento de operações com participantes em 2013, apurada conforme critérios internos, será equivalente à **variação da meta atuarial e do índice de referência**, respectivamente para os planos BD e CD Eletrobrás Saldado (BPDS), e à variação de **104,3% e de 105,6% do CDI** ou à variação do **INPC acrescida de 6,0%** acumulada no ano, o que for maior, respectivamente, para os planos CD ONS e CD Eletrobrás Puro.

Os empréstimos obedecerão aos requisitos da legislação e às normas internas. Os encargos financeiros das operações deverão ser aprovados pelo Conselho Deliberativo.

### ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DOS EMPRÉSTIMOS PARA 2013

Plano	Alocação em relação ao patrimônio					
	Estimada Dez/2012	Proposta para 2013			Rentabilidade	
		Mínima	Alvo	Máxima	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	5%	3%	5%	7%	10,9%	5,5%
Plano CD Eletrobrás Total	5%	3%	5%	7%	10,9%	6,0%
Plano CD Eletrobrás Puro **	4%	2%	4%	6%	10,9%	6,0%
Plano CD Saldado (BPDS)	6%	4%	6%	8%	10,9%	6,0%
Plano CD ONS ***	6%	4%	6%	8%	10,9%	6,0%

\*Real acima do INPC estimado em 5,7% ara 2013.

\*\* Somando todos os perfis de investimento.

## E. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

No cenário de juros baixos, dentre as estratégias de diversificação consideradas mais arriscadas, os investimentos estruturados se apresentam em seguida à renda variável.

Os objetivos do segmento para 2013 é avaliar os

investimentos em:

- Fundos de investimento em participações (FIP).
- Fundos multimercado.
- Fundos de investimento imobiliário (FII).



A meta de rentabilidade do segmento de investimentos estruturados em 2013 nos fundos multimercado será equivalente à variação de **130% do CDI** acumulada no ano.

A meta de rentabilidade das demais modalidades classificadas no segmento será definida nos estudos que fundamentarão as decisões.

## ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS PARA 2013

Plano	Alocação em relação ao patrimônio					
	Estimada Dez/2012	Proposta para 2013			Rentabilidade	
		Mínima	Alvo	Máxima	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	2%	0%	4%	6%	8,4%	2,5%
Plano CD Eletrobrás Total	2%	0%	2%	6%	8,4%	2,5%
Plano CD Eletrobrás Puro **	2%	0%	2%	6%	8,4%	2,5%
Plano CD Saldado (BPDS)	2%	0%	4%	6%	8,4%	2,5%
Plano CD ONS ***	2%	0%	2%	6%	8,4%	2,5%
Plano CV EPE	2%	0%	2%	6%	8,4%	2,5%

\*Real acima do INPC estimado em 5,7% para 2013.

\*\* Somando todos os perfis de investimento.

São elegíveis para compor o segmento de investimentos estruturados as modalidades de investimento permitidas pela legislação em vigor.

As propostas referentes ao segmento deverão obedecer ao processo decisório interno e deverão ser aprovadas caso a caso pelo Conselho Deliberativo.

## F. RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO POR PLANO

Plano	Rentabilidade	
	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	9,2%	3,4%
Plano CD Puro (Perfil ELETROS)	9,3%	3,4%
Plano CD Saldado (BPDS)	9,4%	3,5%
Plano CD ONS (Perfil ELETROS)	9,0%	3,2%
Plano CV EPE	9,2%	3,3%
Plano CD Ceron	8,6%	2,8%
Plano PGA	8,4%	2,6%

\*Real acima do INPC estimado em 5,7% para 2013.

## 4. Administração de Riscos dos Investimentos

No ano de 2012 foram aprovados projetos importantes relacionados à administração de riscos dos investimentos e ao desenvolvimento de modelo proprietário de risco da entidade, cuja implementação está prevista para se iniciar em 2013.

A metodologia e os critérios de avaliação de risco dos investimentos compreendem risco de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

## A. RISCO DE CRÉDITO

**A.1.** Para a concessão de crédito de emissor não financeiro, a ELETROS utiliza critérios desenvolvidos e aplicados pela equipe interna que se baseiam na avaliação da capacidade de pagamento, em informações de mercado e de consultoria externa. A classificação de risco deverá ser, no mínimo, "AA" da agência Fitch Ratings Brasil, ou o seu equivalente, para títulos com prazo médio acima de 5 (cinco) anos e, no mínimo, "A" da mesma agência, ou o seu equivalente, para os demais casos.

**A.2.** Para a concessão de crédito de emissor financeiro, a ELETROS contrata duas empresas especializadas em risco bancário, cujas avaliações são incorporadas aos critérios desenvolvidos e aplicados pela equipe interna, baseados em indicadores de liquidez, solvência e outros.

## B. RISCO DE MERCADO

Com os projetos aprovados em 2012, a entidade busca aperfeiçoar a sua administração de risco de mercado e avançar na construção de modelo proprietário integrado de risco. Para 2013, as ações do planejamento estratégico da entidade estarão voltadas para a implementação dos projetos.

Considera-se que a administração de risco de mercado compreenda tanto as atividades de gestão quanto as de monitoramento. O modelo integrado em desenvolvimento na ELETROS prevê a administração de risco por prazos e diferenciada por planos, buscando empregar metodologias que melhor se aplicam a essas variáveis.

## C. RISCO DE LIQUIDEZ

A medida do risco de liquidez do patrimônio é baseada na relação entre as receitas de investimentos e o fluxo de caixa previdenciário (receitas menos desem-

bolsos previdenciários). Nas receitas de investimentos incluem-se as operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais que vencem e são renovadas diariamente, constituindo-se em importante fator de liquidez.

O segmento de renda fixa é o provedor de primeira ordem de liquidez para os planos. No BD Eletrobrás, o fluxo de caixa previdenciário é negativo, e a cobertura necessária de liquidez é reforçada com títulos de renda fixa de longo prazo, com vencimentos vinculados aos desembolsos do passivo. Em 2013 está prevista a revisão da política de descasamento entre ativos e passivos (ALM), que indica os níveis ótimos de liquidez e de alocação de investimentos.

A medida de liquidez de um ativo é baseada no número de dias em que se transforma em disponibilidade financeira. A ELETROS possui ativos com baixa liquidez, como é o caso de alguns títulos de renda fixa de longo prazo, imóveis e empréstimos aos participantes.

Os investimentos estruturados tendem a apresentar restrições importantes de liquidez, alguns dos quais são constituídos sob a forma de condomínio fechado, sem possibilidade de resgate antecipado, além de demandarem prazo médio de retorno superior a cinco anos, como é caso dos fundos de investimento em participações e de certos tipos de fundos de investimento imobiliário.

## D. RISCO OPERACIONAL

Parte do patrimônio dos planos da ELETROS é gerida internamente e isso requer estrutura de governança com normas, procedimentos e verificação de conformidades.

O risco operacional é mitigado com a segregação de funções entre gestão, administração, liquidação e custódia de títulos.

O risco associado à execução das operações na gestão interna com títulos mobiliários é mitigado através dos procedimentos contratuais com o agente custodiantes, responsável por pagamentos e recebimentos ligados aos investimentos, pela custódia e controladoria de fundos de investimentos exclusivos e carteiras.

## E. RISCO LEGAL

O risco legal na gestão dos investimentos associado a falhas contratuais, documentação insuficiente e falta de representatividade é mitigado pela intervenção da área jurídica, que emite parecer prévio para todas as ocasiões em que a entidade deva ser representada legalmente.

As provisões para inadimplências associadas aos investimentos são registradas de acordo com a legislação e as contingências de natureza judicial não possuem fluxo previsto na PI 2013.

O agente custodiante deve informar sobre qualquer mudança na legislação que implique em revisão ou ajustamento dos regulamentos dos fundos de investimento dos quais a ELETROS seja cotista, bem como deve prestar as informações necessárias para o cumprimento, por parte da ELETROS, dos dispositivos legais e regulamentares.

## F. RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico dos investimentos deve estar representado pelos testes de estresse com base na definição de cenários críticos para os segmentos que possuam títulos mobiliários, através dos quais perdas extremas são estimadas para cada plano, mas não implicam em tomada de decisão automática.

## 5. OUTRAS ORIENTAÇÕES

### A. CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE ATIVOS

A ELETROS tem contrato com o Bradesco para a pres-

tação de (i) serviços de custódia qualificada, que consiste na liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda e informação de eventos associados aos ativos e (ii) de controladoria de fundos de investimento exclusivos e carteiras, que consiste na execução dos processos que compõem a respectiva controladoria dos ativos e do passivo, bem como a execução dos procedimentos contábeis.

### B. USO DE DERIVATIVOS

O uso de derivativos na gestão interna será permitido desde que esteja de acordo com o processo decisório interno e que seja submetido caso a caso ao Conselho Deliberativo pela Diretoria Executiva.

O uso de derivativos de renda variável não será permitido para a proteção de carteira de ações (“hedge”) nos perfis de investimento e nos fundos de investimento exclusivos da ELETROS.

### C. PRECIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:

O agente custodiante é responsável pelo apreamento dos ativos dos fundos de investimento exclusivos e das carteiras da ELETROS baseando-se em critério de marcação a mercado.

A equipe interna da ELETROS é responsável pelo apreamento do segmento de operações com participantes e de imóveis, exceto no caso de reavaliações, as quais serão feitas por empresa contratada na forma da legislação.

### D. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Eletros é aderente aos princípios de responsabilidade socioambiental ao adotar e valorizar as boas práticas de governança corporativa, ciente das consequências sociais e ambientais que sua atuação possui como prestadora de serviço.

## 6. RESPONSABILIDADES

**A.** O Conselho Deliberativo será responsável por (i) aprovar esta política; (ii) reavaliá-la quando necessário; aprovar caso a caso (iii) os investimentos nas modalidades de renda variável permitidas pela legislação e não previstas na PI 2013, (iv) o uso de derivativos e (v) o aporte no segmento de investimentos estruturados. Será responsável pela (vi) aquisição, alienação e constituição de ônus sobre bens imóveis e (vii) pela definição dos encargos financeiros por plano das operações com participantes.

**B.** A Diretoria Executiva será responsável por (i) elaborar esta política e propor a sua alteração ao Conselho Deliberativo, a quem também deve propor a aprovação (ii) dos investimentos nas modalidades de renda variável permitidas pela legislação e não previstas na PI 2013, (iii) do uso de derivativos, (iv) do aporte no segmento de investimentos estruturados, (v) da aquisição, alienação e a constituição de ônus sobre bens imóveis, (vi) dos encargos financeiros por plano das operações com participantes. Deverá ser responsável pelas decisões de alocação e seleção de ativos, e implementar a gestão interna dos investimentos, incluindo os riscos associados.

**C.** O Diretor Financeiro é designado para a função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), sendo o responsável pela gestão dos investimentos junto ao órgão supervisor.

**D.** A equipe interna será responsável por (i) elaborar e recomendar a alocação de ativos à Diretoria Executiva, exceto em renda variável dos perfis Conservador, Moderado e Agressivo, e por (ii) elaborar e recomendar a seleção de ativos à Diretoria Executiva, além de (iii) executar as operações na gestão interna de todos os planos e perfis de investimento; (iv) realizar o apreamento dos imóveis, exceto no caso de reavaliações, e das operações com participantes.

**E.** O gestor externo dos fundos de investimento exclusivos deverá fazer a seleção de ativos seguindo o mandato acordado com a ELETROS e com o respectivo regulamento.

**F.** O agente custodiante será o responsável (i) pelos pagamentos e recebimentos ligados aos investimentos na forma do contrato; (ii) por informar mudanças na legislação que afetem o regulamento dos fundos de investimento; (iii) por prestar informações necessárias para o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares; (iv) pelo apreamento dos ativos dos fundos de investimento exclusivos e das carteiras da ELETROS, e pela execução dos procedimentos contábeis.

**G.** A área jurídica da ELETROS deverá emitir parecer prévio para todas as ocasiões em que a entidade seja representada legalmente.

**H.** O Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria e a Gestão de Riscos Corporativos e Compliance ocupam posições centrais no monitoramento de riscos dos investimentos da ELETROS.

## Glossário

**BD Eletrobrás** – plano de benefício definido dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.

**CAA** – Comitê de Alocação de Ativos.

**CD Eletrobrás** – plano de contribuição definida dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, composto por plano CD Eletrobrás Puro e plano CD Saldado (BPDS).

**CD Ceron** – plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Eletrobrás de Rondônia S.A. - CERON.

**CD ONS** – plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

**CDI** – Certificado de Depósito Interfinanceiro (renda fixa).

**CEI** – Comitê Executivo de Investimentos.

**CGC** – Comitês de Gestão de Carteiras.

**CV EPE** – plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

**INPC** – índice Nacional de Preços ao Consumidor (inflação).

**IBrX** – Índice Brasil (renda variável).

**PI 2013** – política de investimento da ELETROS para o exercício de 2013.

**PIB** – Produto Interno Bruto (atividade econômica).

## Anexo

### Cenário Macroeconômico e dos Investimentos

O cenário macroeconômico mais provável para o período 2013 a 2017, com probabilidade de ocorrência de 60%, é de um crescimento do PIB ligeiramente

inferior a 4% ao ano e uma inflação, embora cadente em relação a 2012, deve ficar em torno de 5% ao ano.

A taxa real de juros medida pelo CDI deve ser muito baixa em 2013 e crescente a partir de então até alcançar 4% ao ano em 2016.

### PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS

	Estimadas 2012*	Projetadas				
		2013	2014	2015	2016	2017
Crescimento do PIB	1,4%	3,9%	3,9%	3,9%	3,7%	3,7%
Juros CDI no ano	8,4%	7,2%	9,0%	9,1%	9,1%	9,1%
Inflação INPC no ano	5,8%	5,7%	5,2%	5,1%	4,9%	4,9%
Juros reais CDI sobre INPC	2,4%	1,4%	3,6%	3,8%	4,0%	4,0%
Dólar no final do ano em R\$	2,06	2,09	2,17	2,26	2,34	2,34
Risco Brasil no final do ano (em pontos base)	200	170	150	100	100	100

\*As projeções para todo o ano de 2012 foram feitas a partir de dados realizados até novembro de 2012

Dos cenários alternativos, o de tendência mais negativa, com probabilidade de 25%, viria a seguir, e envolveria um crescimento do PIB menor e uma inflação um pouco mais elevada, enquanto o cenário

de tendência mais positiva, com probabilidade de 15%, teria um crescimento do PIB acima de 4% ao ano e inflação próxima do centro da meta de 4,5% ao ano.

## Cenário para os investimentos

Os juros reais mais baixos da economia brasileira reduzem o retorno esperado para a renda fixa e isso tem um impacto relevante sobre as expectativas de rentabilidade dos planos, já que é o segmento que possui a maior alocação em relação ao valor dos respectivos patrimônios.

Uma consequência do novo cenário é a necessidade de se incorporar mais ativos de risco às estratégias para se obter taxas de retorno mais elevadas. A renda variável é o segmento que tradicionalmente se apresenta como a melhor opção para a diversificação, embora ainda se preveja uma situação macroeconômica internacional de incertezas em 2013 – contudo, o preço dos ativos já reflete esse cenário.

A hipótese sobre a fase do ciclo econômico pode contribuir para inferir a tendência para o comportamento dos ativos de risco no médio e longo prazo. Após a fase de ascensão de 2002 a 2008, o ciclo econômico ainda está na sua fase descendente que vem fazendo com que o preço dos ativos de risco se situe abaixo da sua tendência histórica.

Observados os riscos associados, na decisão de investir em ativos de maior risco, a ELETROS está considerando a hipótese de reversão à média no período abrangido pela política de investimentos (2013 A 2017), com maior aderência nos últimos anos (2016 e 2017), razão pela qual as metas de rentabilidade tendem a ser mais elevadas quanto maiores sejam os prazos.

**Jair Ribeiro Pereira Filho**  
Consultor

Nota Técnica revisada por

**Max Leandro Ferreira Tavares**  
Gerente



## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**A**os Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da **Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS** - Rio de Janeiro - RJ

### 1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### 2. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro.

### 3. Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### 4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, em 31 de dezembro de 2012, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC.

#### 5. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício, findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 09 de março de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

**Rio de Janeiro, 06 de março de 2013.**

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes

**CRCMG - 757/O - F - RJ**



Luiz Alberto Rodrigues Mourão

**Contador - CRCRJ - 046.114/O**

<b>Balço Patrimonial Consolidado</b>				(R\$ Mil)
<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>	
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>316</b>	<b>643</b>	
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>3.394.367</b>	<b>3.009.354</b>	
Gestão Previdencial	4	70.967	60.651	
Gestão Administrativa		12.863	10.660	
Investimentos	5	3.310.537	2.938.043	
Títulos Públicos		696.623	748.361	
Créditos Privados e Depósitos		446.098	358.102	
Ações		383.173	364.898	
Fundos de Investimento		1.392.968	1.109.306	
Investimentos Imobiliários		234.905	215.910	
Empréstimos		139.424	132.005	
Depósitos Judiciais/Recursais		8.917	9.461	
Outros Realizáveis		8.429	-	
<b>PERMANENTE</b>		<b>2.822</b>	<b>3.357</b>	
Imobilizado		959	970	
Intangível		1.782	2.286	
Diferido		81	101	
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	<b>6</b>	<b>15.232</b>	<b>14.794</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.412.737</b>	<b>3.028.148</b>	

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Balço Patrimonial Consolidado			(R\$ Mil)	
PASSIVO	Nota	31.12.12	31.12.11	
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>		15.821	11.002	
Gestão Previdencial		6.813	3.649	
Gestão Administrativa	7	7.701	7.311	
Investimentos		1.307	42	
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	8	36.969	33.324	
Gestão Previdencial		21.937	19.527	
Gestão Administrativa		6.115	4.336	
Investimentos		8.917	9.461	
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	9	3.344.715	2.969.028	
Patrimônio de Cobertura do Plano		3.247.896	2.868.071	
Provisões Matemáticas		3.245.790	2.868.071	
Benefícios Concedidos		2.073.398	1.889.505	
Benefícios a Conceder		1.307.282	1.110.432	
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(134.890)	(131.866)	
Equilíbrio técnico		2.106	-	
Resultados realizados		2.106	-	
Superávit Técnico Acumulado		2.106	-	
Fundos		96.819	100.957	
Fundos Previdenciais	10.1	23.556	30.138	
Fundos Administrativos	10.2	64.714	63.313	
Fundos de investimentos	10.3	8.549	7.506	
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>		15.232	14.794	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		3.412.737	3.028.148	

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

(R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Variacão (%)
<b>A) Patrimônio Social – In�cio do Exercício</b>	2.970.665	2.745.663	8,19
<b>1. Adic�es</b>	625.316	456.309	37,04
Contribui�es previdenciais	112.074	94.206	18,97
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	457.877	309.659	47,86
Receitas administrativas	29.248	27.232	7,40
Resultado positivo dos investimentos – Gestão administrativa	5.186	6.796	(23,69)
Constitui�o de fundos de investimentos	1.043	251	315,54
Receitas assistenciais	19.888	18.165	9,49
<b>2. Destina�es</b>	(251.702)	(231.307)	8,82
Benefícios	(192.556)	(178.046)	8,15
Constitui�o de contingências – Gestão previdencial	(4.151)	(3.954)	4,98
Despesas administrativas	(31.276)	(30.817)	1,49
Constitui�o de contingências – Gestão administrativa	(1.758)	(1.962)	(10,40)
Despesas assistenciais	(21.961)	(16.528)	32,87
<b>3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	373.614	225.002	66,05
Provisões matemáticas	377.719	84.613	346,41
Superávit técnico do exercício	2.106	107.115	(98,03)
Fundos previdenciais	(6.582)	30.137	(121,84)
Fundos administrativos	1.401	1.249	12,17
Fundos dos investimentos	1.043	251	315,54
Gestão assistencial	(2.073)	1.637	(226,63)
<b>4. Opera�es transitórias</b>	-	-	-
Opera�es transitórias	-	-	-
<b>B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4)</b>	3.344.279	2.970.665	12,58

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>63.313</b>	<b>62.064</b>	<b>2,01</b>
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	<b>34.435</b>	<b>34.028</b>	<b>1,20</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>34.435</b>	<b>34.028</b>	<b>1,20</b>
Custeio administrativo da gestão previdencial	3.383	2.670	26,70
Custeio administrativo dos investimentos	15.103	13.627	10,83
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	176	163	7,98
Receitas Diretas	2.033	2.476	(17,89)
Resultado positivo dos investimentos	5.186	6.796	(23,69)
Reembolso da gestão assistencial	6.055	6.075	(0,33)
Outras receitas	2.499	2.221	12,52
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>33.034</b>	<b>32.779</b>	<b>0,78</b>
<b>2.1. Administração previdencial</b>	<b>14.130</b>	<b>14.724</b>	<b>(4,03)</b>
Pessoal e encargos	8.910	8.597	3,64
Treinamentos/congressos e seminários	108	102	5,88
Viagens e estadias	47	62	(24,19)
Serviços de terceiros	2.032	2.123	(4,29)
Despesas gerais	1.088	1.085	0,28
Depreciações e amortizações	518	451	14,86
Contingências	1.377	1.572	(12,40)
Outras despesas	50	732	(93,17)
<b>2.2. Administração dos investimentos</b>	<b>11.875</b>	<b>11.017</b>	<b>7,79</b>
Pessoal e encargos	8.557	7.780	9,99
Treinamentos/congressos e seminários	103	92	11,96
Viagens e estadias	45	56	(19,64)
Serviços de terceiros	1.884	1.873	0,59
Despesas gerais	808	808	-
Depreciações e amortizações	478	408	17,16
<b>2.3. Administração assistencial</b>	<b>6.055</b>	<b>6.075</b>	<b>(0,33)</b>
<b>2.4. Reversão de recursos para o plano de benefícios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>2.5. Outras despesas</b>	<b>974</b>	<b>963</b>	<b>1,14</b>
<b>3. Resultado negativo dos investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Sobre/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)</b>	<b>1.401</b>	<b>1.249</b>	<b>12,17</b>
<b>5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)</b>	<b>1.401</b>	<b>1.249</b>	<b>12,17</b>
<b>6. Operações transitórias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)</b>	<b>64.714</b>	<b>63.313</b>	<b>2,21</b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.



### Demonstração do Ativo Líquido - Plano BD Eletrobrás (DAL) (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Variação (%)
<b>Ativos</b>	2.058.371	1.862.776	10,50
Disponível	9	2	350,00
Recebível	112.795	100.772	11,93
<b>Investimentos</b>	1.945.567	1.762.002	10,42
Títulos públicos	696.623	712.045	(2,17)
Créditos privados e depósitos	258.485	213.167	21,26
Ações	198.125	186.639	6,15
Fundos de investimento	520.253	403.822	28,83
Investimentos imobiliários	170.369	156.600	8,79
Empréstimos	85.303	81.448	4,73
Depósitos judiciais/recursais	7.980	8.281	(3,63)
Outros realizáveis	8.429	-	-
<b>Obrigações</b>	37.219	30.746	21,05
Operacional	7.301	2.938	148,50
Contingencial	29.918	27.808	7,59
<b>Fundos não previdenciais</b>	51.505	49.714	3,60
Fundos administrativos	45.227	44.001	2,79
Fundos dos investimentos	6.278	5.713	9,89
<b>Ativo líquido</b>	1.969.647	1.782.316	10,51
Provisões matemáticas	1.967.541	1.782.316	10,39
Superávit Técnico	2.106	-	-

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

### Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano BD Eletrobrás (DMAL) (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Variação (%)
<b>A) Ativo líquido – Início do Exercício</b>	1.782.316	1.698.343	4,94
1. Adições	357.697	244.637	46,22
Contribuições previdenciais	34.947	30.991	12,76
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	322.750	213.646	51,07
2. Destinações	(170.366)	(160.664)	6,04
Benefícios	(165.298)	(156.011)	5,95
Constituição de contingências – Gestão previdencial	(4.152)	(3.954)	5,01
Custeio administrativo	(916)	(699)	31,04
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	187.331	83.973	123,08
Provisões matemáticas	185.225	(23.142)	(900,38)
Superávit / Déficit técnico do exercício	2.106	107.115	(98,03)
<b>B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)</b>	1.969.647	1.782.316	10,51
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	51.505	49.714	3,60
Fundos administrativos	45.227	44.001	2,79
Fundos dos investimentos	6.278	5.713	9,89

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

### Demonstrações das Obrigações Atuariais - Plano BD Eletrobrás (DOAP) (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Varição (%)
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>1.969.647</b>	<b>1.782.316</b>	<b>10,51</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>1.967.541</b>	<b>1.782.316</b>	<b>10,39</b>
1.1. Benefícios concedidos	1.775.361	1.628.226	9,04
Benefício Definido	1.775.361	1.628.226	9,04
1.2. Benefício a conceder	314.432	273.175	15,10
Benefício Definido	314.432	273.175	15,10
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(122.252)	(119.085)	2,66
(-) Serviço passado	(91.644)	(88.905)	3,08
(-) Patrocinador(es)	(91.644)	(88.905)	3,08
(-) Déficit equacionado	(30.608)	(30.180)	1,42
(-) Patrocinador(es)	(15.304)	(15.090)	1,42
(-) Participantes	(11.986)	(11.819)	1,41
(-) Assistidos	(3.318)	(3.271)	1,44
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>2.106</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.1. Resultados Realizados	2.106	-	-
Superávit técnico acumulado	2.106	-	-
Reserva de contingência	2.106	-	-

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

### Demonstração do Ativo Líquido - Plano CD Eletrobrás (DAL) (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Varição (%)
<b>Ativos</b>	<b>1.084.871</b>	<b>955.905</b>	<b>13,49</b>
Disponível	20	4	400,00
Recebível	22.120	23.071	(4,12)
<b>Investimento</b>	<b>1.062.731</b>	<b>932.830</b>	<b>13,93</b>
Títulos públicos	-	30.161	(100,00)
Créditos privados e depósitos	151.579	120.372	25,93
Ações	146.882	144.964	1,32
Fundos de investimento	654.321	535.305	22,23
Investimentos imobiliários	64.500	59.287	8,79
Empréstimos	44.512	41.561	7,10
Depósitos judiciais/recursais	937	1.180	(20,59)
<b>Obrigações</b>	<b>1.447</b>	<b>1.713</b>	<b>(15,53)</b>
Operacional	511	533	(4,13)
Contingencial	936	1.180	(20,68)
<b>Fundos não previdenciais</b>	<b>20.599</b>	<b>20.621</b>	<b>(0,11)</b>
Fundos administrativos	18.722	19.189	(2,43)
Fundos dos investimentos	1.877	1.432	31,08
<b>Ativo líquido</b>	<b>1.062.825</b>	<b>933.571</b>	<b>13,85</b>
Provisões matemáticas	1.044.525	907.000	15,16
Fundos previdenciais	18.300	26.571	(31,13)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

### Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano CD Eletrobrás (DMAL) (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Variacão (%)
A) Ativo Líquido – In�cio do Exercício	933.571	829.119	12,60
1. Adi�es	152.691	123.408	23,73
Contribui�es previdenciais	40.687	36.893	10,28
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	112.004	86.515	29,46
2. Destina�es	(23.437)	(18.956)	23,64
Benefícios	(22.213)	(17.843)	24,49
Custeio administrativo	(1.224)	(1.113)	9,97
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	129.254	104.452	23,74
Provisões matemáticas	137.525	77.882	76,58
Fundos previdenciais	(8.271)	26.570	(131,13)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	1.062.825	933.571	13,85
C) Fundos não previdenciais	20.599	20.621	(0,11)
Fundos administrativos	18.722	19.189	(2,43)
Fundos dos investimentos	1.877	1.432	31,08

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

### Demonstra es das Obriga es Atuariais - Plano CD Eletrobrás (DOAP) (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Variacão (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.044.525	907.000	15,16
1. Provisões Matemáticas	1.044.525	907.000	15,16
1.1. Benefícios concedidos	280.374	250.512	11,92
Contribui�o Definida	148.102	137.696	7,56
Benefício D efinido	132.272	112.816	17,25
1.2. Benefício a conceder	776.788	669.270	16,06
Contribui�o Definida	600.305	515.389	16,48
Saldo de contas - Parcela patrocinadora	427.182	374.549	14,05
Saldo de contas - Parcela participantes	173.123	140.840	22,92
Benefício Definido	176.483	153.881	14,69
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(12.637)	(12.782)	(1,13)
(-) Serviço passado	(12.637)	(12.782)	(1,13)
(-) Patrocinador(es)	(12.637)	(12.782)	(1,13)

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido - Plano CD ONS (DAL)

(R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Variação (%)
<b>Ativos</b>	<b>206.659</b>	<b>165.563</b>	<b>24,82</b>
Disponível	10	2	400,00
Recebível	359	18	1.894,44
<b>Investimentos</b>	<b>206.290</b>	<b>165.543</b>	<b>24,61</b>
Títulos públicos	-	5.397	(100,00)
Créditos privados e depósitos	29.962	21.541	39,09
Ações	35.047	32.186	8,89
Fundos de investimento	131.672	97.424	35,15
Empréstimos	9.609	8.995	6,83
<b>Obrigações</b>	<b>383</b>	<b>164</b>	<b>133,54</b>
Operacional	383	164	133,54
<b>Fundos não previdenciais</b>	<b>753</b>	<b>379</b>	<b>98,68</b>
Fundos administrativos	359	18	1.894,44
Fundos dos investimentos	394	361	9,14
<b>Ativo líquido</b>	<b>205.523</b>	<b>165.020</b>	<b>24,54</b>
Provisões matemáticas	202.072	162.331	24,48
Fundos previdenciais	3.451	2.689	28,34

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano CD ONS (DMAL) (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Variacão (%)
<b>A) Ativo líquido – Início do Exercício</b>	<b>165.020</b>	<b>139.608</b>	<b>18,20</b>
<b>1. Adic�es</b>	<b>45.232</b>	<b>29.861</b>	<b>51,48</b>
Contribui�es	25.039	21.741	15,17
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	20.193	8.120	148,68
<b>2. Destina�es</b>	<b>(4.729)</b>	<b>(4.449)</b>	<b>6,29</b>
Benefícios	(4.014)	(3.828)	4,86
Custeio administrativo	(715)	(621)	15,14
<b>3. Acr�scimo/decr�scimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>40.503</b>	<b>25.412</b>	<b>59,39</b>
Provis�es matemáticas	39.742	22.723	74,90
Fundos previdenciais	761	2.689	(71,70)
<b>B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)</b>	<b>205.523</b>	<b>165.020</b>	<b>24,54</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>753</b>	<b>379</b>	<b>98,68</b>
Fundos administrativos	359	18	1.894,44
Fundos dos investimentos	394	361	9,14

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

### Demonstrações das Obrigações Atuariais - Plano CD ONS (DOAP) (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano	202.072	162.331	24,48
1. Provisões Matemáticas	202.072	162.331	24,48
1.1. Benefícios concedidos	17.445	10.768	62,01
Contribuição Definida	9.232	7.961	15,97
Benefício Definido	8.213	2.807	192,59
1.2. Benefício a conceder	184.627	151.563	21,82
Contribuição Definida	184.627	151.563	21,82
Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	82.884	67.912	22,05
Saldo de contas - Parcela Participantes	101.743	83.651	21,63

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

### Demonstração do Ativo Líquido - Plano CV EPE (DAL) (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Variação (%)
Ativos	23.427	15.531	50,84
Disponível	10	2	400,00
Recebível	57	9	533,33
Investimentos	23.360	15.520	50,52
Títulos públicos	-	669	(100,00)
Créditos privados e depósitos	4.183	2.668	56,78
Ações	2.254	1.108	103,43
Fundos de investimento	16.923	11.075	52,80
Obrigações	2	-	-
Operacional	2	-	-
Fundos não previdenciais	57	9	533,33
Fundos administrativos	57	9	533,33
Ativo líquido	23.368	15.522	50,55
Provisões matemáticas	21.840	14.725	48,32
Fundos previdenciais	1.528	797	91,72

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

### Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano CV EPE (DMAL) (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Variacão (%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	15.522	9.274	67,37
1. Adic�es	8.206	6.605	24,24
Contribui�es previdenciais	5.982	5.261	13,70
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	2.224	1.344	65,48
2. Destina�es	(360)	(357)	0,84
Benefícios	(181)	(199)	(9,05)
Custeio administrativo	(179)	(158)	13,29
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	7.846	6.248	25,58
Provisões matemáticas	7.115	5.452	30,50
Fundos previdenciais	731	796	(8,17)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	23.368	15.522	50,55
C) Fundos não previdenciais	57	9	533,33
Fundos administrativos	57	9	533,33

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

### Demonstra es das Obriga es Atuariais - Plano CV EPE (DOAP) (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Variacão (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano	21.840	14.725	48,32
1. Provisões Matemáticas	21.840	14.725	48,32
1.1. Benefício a Conceder	21.840	14.725	48,32
Contribui�o Definida	21.840	14.725	48,32
Saldo de contas - parcela Patrocinadora	10.311	6.961	48,13
Saldo de contas - Parcela participantes	11.529	7.764	48,49

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.



## Demonstração do Ativo Líquido - Plano CD CERON (DAL)

(R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Varição (%)
<b>Ativos</b>	10.566	1.932	446,89
Disponível	9	2	350,00
Recebível	349	96	263,54
<b>Investimento</b>	10.208	1.834	456,60
Títulos públicos	-	88	(100,00)
Créditos privados e depósitos	1.889	354	433,62
Ações	865	-	-
Fundos de investimento	7.454	1.392	435,49
<b>Obrigações</b>	128	56	128,57
Operacional	128	56	128,57
Fundos não previdenciais	349	96	263,54
Fundos administrativos	349	96	263,54
<b>Ativo líquido</b>	10.089	1.780	466,80
Provisões Matemáticas	9.812	1.699	477,52
Fundos Previdenciais	277	81	241,98

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano CD CERON (DMAL) (R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11	Varição (%)
<b>A) Ativo líquido – Início do Exercício</b>	1.780	-	-
1. Adições	9.506	2.023	369,90
Contribuições previdenciais	8.801	1.990	342,26
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	705	33	2.036,36
2. Destinações	(1.197)	(243)	392,59
Benefícios	(849)	(164)	417,68
Custeio administrativo	(348)	(79)	340,51
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	8.309	1.780	366,80
Provisões matemáticas	8.113	1.699	377,52
Fundos previdenciais	196	81	141,98
<b>B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)</b>	10.089	1.780	466,80
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	349	96	263,54
Fundos administrativos	349	96	263,54

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

### Demonstrações das Obrigações Atuariais - Plano CD CERON (DOAP) <sup>(R\$ Mil)</sup>

	31.12.12	31.12.11	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano	9.812	1.699	477,52
1. Provisões Matemáticas	9.812	1.699	477,52
1.1. Benefícios concedidos	217	-	-
Contribuição Definida	217	-	-
1.2. Benefício a Conceder	9.595	1.699	464,74
Contribuição Definida	9.595	1.699	464,74
Saldo de contas - parcela Patrocinadora	4.791	847	465,64
Saldo de contas - Parcela participantes	4.804	852	463,85

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora instituidora e das patrocinadoras Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON e a própria ELETROS, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

Os recursos de que a entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

As atividades da entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares n.ºs 108/2001 e 109/2001, e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Atualmente administra cinco planos de benefícios, todos inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB mantidos pela PREVIC.

- **Plano BD Eletrobrás** - patrocinado pela ELETROBRAS, CEPEL e ELETROS, na forma de Benefício Definido, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM nº 1.713, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, nº 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.698, de 23 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.574 de 23 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 24 de outubro de 2008, estando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobrás.

- **Plano CD Eletrobrás** - patrocinado pela ELETROBRAS, CEPEL e ELETROS, na forma de Contribuição Definida, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC nº 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.771 de 29 de maio de 2006 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC nº 2.926 de 26 de maio de 2009.

- **Plano CD ONS** - patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Definida, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC/DETEC nº 3.268, de 7 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 8 de janeiro de 2010.

- **Plano CV EPE** - patrocinado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, na forma de Contribuição Vari-

ável, com regulamento vigente aprovado por meio da Portaria nº 3.149, de 12 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 13 de novembro de 2009.

- **Plano CD CERON** - patrocinado pela Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON, na forma de Contribuição Definida, com regulamento e convênio de adesão vigentes aprovados por meio da Portaria nº 389 de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 27 de julho de 2011.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC TE 11.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial, assistencial e administrativa) e o Fluxo dos

investimentos, que é comum às Gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão assistencial seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, sendo apresentados para fins destas demonstrações contábeis somente os valores patrimoniais consolidados da Gestão assistencial (ativo e passivo) e a movimentação que demonstra a variação da Gestão assistencial consolidada.

As operações do Plano Assistencial são contabilizadas de acordo com as regras e o plano de contas da ANS, estabelecido pela Resolução Normativa nº 247 e pela Instrução Normativa nº 46, ambas de 25 de fevereiro de 2011, evidenciando o patrimônio assistencial em demonstrações específicas.

As demonstrações consolidadas representam o somatório dos saldos contábeis apresentados em cada Plano de Benefícios, Assistencial e no PGA.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a. Apuração do Resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

### b. Contribuições para a gestão previdencial

As contribuições do Plano BD Eletrobrás são registradas pelo regime de competência, e as contribuições do Plano CD Eletrobrás, CD ONS, CV EPE e CD CERON pelo regime de caixa.

- **Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRÁS**

As contribuições dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 8,16% a 24,48%, consoante as faixas salariais; as de res-

ponsabilidade das patrocinadoras são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no Demonstrativo Atuarial vigente; e as dos participantes assistidos (em gozo de benefício de prestação continuada) são calculadas tendo como base percentuais que variam de 1,5% a 9%, consoante as faixas de benefícios. As contribuições vigentes estão de acordo com o previsto em regulamento.

Cobranças extraordinárias mensais foram estipuladas para assistidos e ativos, visando o reequilíbrio atuarial do plano que encontra-se superavitário, correspondendo a 2,0431% sobre o Salário Real de Contribuição – SRC dos participantes ativos e sobre os benefícios, no caso dos assistidos.

#### • Plano de Contribuição Definida - CD ELETROBRÁS

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 4,5% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até 10 (dez) Unidades Reajustáveis do Plano – URP; e 15% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente. A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

#### • Plano de Contribuição Definida – CD ONS

Há duas formas de contribuições básicas para o Plano CD ONS:

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 2% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do SRB (Salário de Referência Básico); e 10% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A segunda alternativa de contribuição corresponde à opção de aplicação de percentual mínimo de 2% inci-

dente sobre a remuneração, não sendo superior a 6% da mesma.

O SRB (Salário de Referência Básico) corresponde ao valor do Teto de Contribuição da Previdência Social - TCPS, em fevereiro de 2009, atualizado anualmente, a partir de 2010, utilizando-se o mesmo índice de reajuste salarial anual definido no Acordo Coletivo de Trabalho firmado pela patrocinadora, que ocorre em setembro.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante em ambos os casos.

A contribuição para custeio dos benefícios de pecúlio por morte ou por invalidez permanente é dividida em 40% paga pelo participante e 60% paga pela patrocinadora.

A contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença é paga exclusivamente pela patrocinadora.

#### • Plano de Contribuição Variável – CV EPE

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 3% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do teto de contribuição para a Previdência Social; e 11% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

#### • Plano de Contribuição Definida – CD CERON

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 4% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do teto de contribuição

para a Previdência Social; e 13% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

### c. Investimentos

#### • Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Em atendimento aos normativos legais: Resolução CGPC nº 4 e nº 15, de 30/01/2002 e 23/08/2005, respectivamente, e o item 14 da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

**(i) Títulos para negociação** - Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização;

**(ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Todos os títulos de renda fixa foram classificados como "Títulos para negociação" e estão avaliados pelo valor de mercado (Nota Explicativa nº 5.1).

#### • Ações

As aplicações no mercado de ações foram classificadas como "Títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, de acordo com a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008 e Ins-

trução SPC nº 34, de 24/09/2009.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

A variação originada da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente ao resultado.

Os dividendos e as bonificações resultantes das aplicações em ações são reconhecidos a partir da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas.

#### • Fundos de Investimentos

Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

#### • Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, definidas nos respectivos laudos de avaliação. As instalações são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

#### • Operações com participantes

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos, conforme descrito em (d).

#### d. Provisão para perdas na realização de créditos

A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setem-

bro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

#### e. Imobilizado e intangível

Os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

Os direitos adquiridos relacionados ao apoio às atividades da Esão contabilizados ao valor de custo, deduzidos da amortização acumulada, também calculada pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
<b>A</b> Biblioteca	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos – “Hardware”	10% (dez por cento)
Direito de uso de software	10% (dez por cento)

#### depreciação e a amortização são calculadas às seguintes taxas ao ano:

As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com a temporalidade que beneficiará os exercícios sociais subsequentes.

#### f. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

#### g. Exigível contingencial

Registra o montante das provisões decorrentes de

ações judiciais passivas mantidas contra a ELETROS. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito estimada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado no Ativo Contingencial do plano.

#### h. Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos pelos atuários responsáveis pelos planos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes.

#### i. Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2012 e 2011, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados.

Nas demonstrações contábeis, os itens significativos sujeito às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissionais responsáveis pelos planos, e as contingências passivas, cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

#### j. Receitas administrativas

Atendendo à determinação das Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente. Os valores relativos à taxa de administração da Gestão assistencial são equivalentes às despesas administrativas apuradas.



### k. Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC 34, de 24 de setembro de 2009, o Plano de Gestão Administrativa – PGA centraliza os registros das operações Administrativas da Eletros, sendo segregado pelas Gestão Previdencial, Gestão Assistencial e Gestão de Investimentos, e por planos de benefícios.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA possui patrimônio próprio, segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos, receitas diretas e outras receitas) e reembolsos (assistenciais) administrativos, deduzidos das despesas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

## 4. GESTÃO PREVIDENCIAL - REALIZÁVEL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

### Contribuições do mês

Representam os recursos a receber do plano BD Eletrobrás, referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.

### Contribuições em atraso

Referem-se aos recursos a receber do plano BD Eletrobrás, referentes às contribuições previdenciais extraordinárias (equacionamento do déficit) dos participantes e da patrocinadora Eletrobras, do período de abril a dezembro de 2012.

### Contribuições contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes aos planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás, e são devidas pela patrocinadora Cepel, conforme previsto no regulamento da entidade.

As contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim demonstradas conforme a tabela Contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Resumo Gestão Previdencial		
Descrição	31.12.12	31.12.11
Contribuições do mês	2.620	1.219
Contribuições em atraso	4.236	-
Contribuições contratadas	18.841	18.738
Outros recursos a receber	2.600	3.872
Outros realizáveis	23.500	21.058
Depósitos judiciais/recursais	19.170	15.764
<b>Total ( R\$ mil )</b>	<b>70.967</b>	<b>60.651</b>

### Contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Contratos Firmados	Patrocinadora	Plano	Prazo Amortização	Parcelas (a)		Encargos	Valor		Exercício findo em	
				Quitadas	Vencidas		Contrato	Parcela	31.12.12	31.12.11
CF-015/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	81	99	*INPC + 6% a.a.	2.774	32	2.585	2.663
CF-016-A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	93	87	*INPC + 6% a.a.	2.894	35	2.549	2.663
CF-017/A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	93	87	*INPC + 6% a.a.	12.764	153	11.240	11.746
CF-018/10	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	35	145	*INPC + 5,5% a.a.	1.625	15	1.669	1.666
CF-022/12	CEPEL	CD Eletrobrás	15 anos	-	180	**URE + 5,5% a.a.	798	-	798	-
<b>Total (R\$ mil):</b>									<b>18.841</b>	<b>18.738</b>

#### Garantias:

(a) Não possui garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

\*INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

\*\* URE – Unidade de Referência da Eletros.

## Outros recursos a receber

Referem-se a valores a receber relativos aos contratos firmados com os participantes das patrocinadoras Eletobras, Cepel e Eletros, decorrentes do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC). As diferenças de contribuições devidas foram apuradas entre a remuneração recebida pelo participante e o limite vigente, retroativas a 36 (trinta e seis) meses, conforme firmado pelo participante no "Termo de Opção pelo Desbloqueio do SRC no Plano BD Eletrobrás", de acordo com o art. 15 do regulamento do Plano fechado BD Eletrobrás.

Esses valores são atualizados pela variação da URE (Unidade de Referência da Eletros), com juros de 0,5% ao mês, acrescidos de 0,16% ao mês referente à taxa prestamista, a qual visa garantir a quitação da dívida em caso de morte ou invalidez.

Os recursos a receber até 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser resumidos como segue:

Participantes	Plano de Benefícios	31.12.12	31.12.11
ELETROBRAS	CD Eletrobras	1.542	2.234
CEPEL	CD Eletrobras	950	1.490
ELETROS	CD Eletrobras	108	148
<b>Total ( R\$ mil )</b>		<b>2.600</b>	<b>3.872</b>

## Outros realizáveis

Representam os recursos a receber das patrocinadoras, essencialmente da patrocinadora Eletrobras, referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela Eletros, para garantir a execução do julgado ao processo trabalhista movido por ex-empregados da Eletrobras, cujo objetivo visou a integração dos valores recebidos a título de participação nos lucros nos direitos trabalhistas, com o conseqüente reflexo nas provisões matemáticas.

## Depósitos judiciais / recursais

Representam os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências passivas previdenciais.

## 5. INVESTIMENTOS - REALIZÁVEL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a carteira de investimentos consolidada apresentava a seguinte composição:

Investimentos - Realizável		
Descrição	31.12.12	31.12.11
Títulos públicos	696.623	748.361
Notas do Tesouro Nacional	696.623	748.361
Créditos privados e depósitos	446.098	358.102
Letras hipotecárias	183.960	153.535
Caderneta de poupança	19	18
Letras financeiras	238.059	183.959
Debêntures	24.060	20.590
Ações	383.173	364.898
Instituições Financeiras	85.601	96.740
Companhias Abertas (*)	297.549	268.158
Empréstimos de ações	23	-
Fundos de investimentos	1.392.968	1.109.306
Renda fixa	1.135.877	933.842
Ações	191.536	114.968
Multimercado	50.550	45.482
Direitos creditórios	15.005	15.014
Investimentos imobiliários	234.905	215.910
Aluguéis e renda	234.905	215.910
Empréstimos e financiamentos	139.424	132.005
Empréstimos	139.424	132.005
Depósitos judiciais/recursais	8.917	9.461
Outros realizáveis	8.429	-
Acordo Judicial - Banco Santander	8.429	-
<b>Total de Investimentos ( R\$ mil )</b>	<b>3.310.537</b>	<b>2.938.043</b>

(\*) Inclui provisão para perda de R\$ 1.397 mil (R\$ 2.382 mil em 2011) visando a demonstrar, de forma conservadora, o real valor econômico dos investimentos em ações da GTD Participações S.A.. A adoção deste procedimento leva em consideração o fato de que, devido à baixa liquidez da ação, a utilização do valor da última negociação na bolsa de valores não reflete de forma satisfatória o seu real valor econômico.

### 5.1. Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos

Composição da carteira de títulos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de mercado e por prazo de vencimento, em observância ao Art. 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002.

## Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos 31.12.12

Títulos para Negociação	0 a 30	31 a 90	91 a 180	181 a 365	366 a 720	Acima 720	Total Carteira
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-
Créditos Privados e Depósitos	19	-	-	19	-	19	-
Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	-	-
Caderneta de Poupança	19	-	-	19	-	19	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	6.031	-	-	-	-
Fundos de Investimentos	95.348	34.643	6.031	95.348	34.643	95.348	34.643
<b>Total ( R\$ mil )</b>	<b>95.367</b>	<b>34.643</b>	<b>6.031</b>	<b>95.367</b>	<b>34.643</b>	<b>95.367</b>	<b>34.643</b>

## Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos

Títulos para Negociação	0 a 30	31 a 90	91 a 180	181 a 365	366 a 720	Acima 720	Total Carteira
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	748.361	748.361
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	748.361	748.361
Créditos Privados e Depósitos	18	-	-	-	-	358.084	358.102
Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	153.535	153.535
Caderneta de Poupança	18	-	-	-	-	-	18
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	183.959	183.959
Debêntures	-	-	-	-	-	20.590	20.590
Fundos de Investimentos	402.772	20.653	-	93.890	189.300	287.723	994.338
<b>Total ( R\$ mil )</b>	<b>402.790</b>	<b>20.653</b>	<b>-</b>	<b>93.890</b>	<b>189.300</b>	<b>1.394.168</b>	<b>2.100.801</b>

Fundamentada no conservadorismo, a Eletros mantém provisão de R\$ 2.688 mil (R\$ 2.385 mil em 2011) para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães, que vem apresentando patrimônio líquido negativo nos últimos anos.

## 5.2. Investimentos Imobiliários

## Investimentos Imobiliários

Imóveis	Reavaliação	Exercício findo em	
		31.12.12	31.12.11
Localização			
Uso próprio:		8.440	8.180
Rua Uruguaiana nº 174 – RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro/2012	8.440	8.180
Locados às patrocinadoras:		149.670	141.884
Rua da Quitanda nº 196 - RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro/2012	63.950	58.128
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro/2012	68.000	67.200
Avenida Marechal Floriano nº 19 - RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro/2012	11.520	10.356
Avenida Presidente Vargas nº 417 - RJ (Edifício Central)	Dezembro/2012	6.200	6.200
Locados a terceiros:		74.090	63.770
Avenida Presidente Vargas nº 642 - RJ (Edifício Belacap)	Dezembro/2012	74.090	63.770
Valores a receber		2.705	2.076
<b>Total ( R\$ mil )</b>		<b>234.905</b>	<b>215.910</b>

Em atendimento a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, nos exercícios de 2012 e 2011 procedeu-se à reavaliação dos investimentos imobiliários conforme laudos técnicos emitidos pela empresa, Câmara de Consultores Associados Ltda. A metodologia aplicada para avaliação dos imóveis utilizada pela Câmara de Consultores Associados Ltda. foi o método comparativo de dados de mercado com regressão múltipla, utilizando o software INFER-v3.2. O resultado positivo das reavaliações realizada em 2012 e 2011 possibilitou um acréscimo patrimonial no montante líquido de R\$ 22.970 mil em 2012 (R\$ 116.136 mil em 2011) registrado no fluxo dos investimentos.

### 5.3. Outros Realizáveis

Em 18 de dezembro de 2012, a Eletros efetuou acordo judicial com o Banco Santander no montante de R\$ 8.429 mil para encerrar as ações judiciais de que tratam os dois processos em curso na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital do TJRJ.

Esses processos, ajuizados em 2002 objetivavam o recebimento de diferenças de correção monetária (Plano Verão) em aplicações em Certificados e Recibos de Depósito Bancário (CDB/RDB), com rendimento pós-fixado.

### 6. GESTÃO ASSISTENCIAL – REALIZÁVEL

Registra as atividades de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.

Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS mantêm sua contabilidade segregada dos planos de benefícios.

Desta forma, a transparência, a identificação e a independência do patrimônio são mantidas, conforme determinação normativa do agente regulador, bem como o desdobramento analítico das contas, de acor-

do com a planificação contábil estabelecida pela ANS.

## 7. GESTÃO PREVIDENCIAL - EXIGÍVEL OPERACIONAL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	31.12.12	31.12.11
Benefícios a pagar	456	207
IRRF a recolher	3.535	3.250
Retenções a recolher	-	40
Outras exigibilidades	2.822	152
Total ( R\$ mil )	6.813	3.649

## 8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra as provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências previdenciais, fiscais e trabalhistas apresentando a seguinte composição:

Provisão Constituída	31.12.12	31.12.11
Gestão Previdencial	21.937	19.527
Aposentadorias	18.114	15.732
Outros processos	2.767	3.763
Processos Trabalhistas	1.056	32
Gestão Administrativa	6.115	4.336
Contingências Tributárias	5.891	4.112
Reclamações Trabalhistas	7	7
Outros processos	217	217
Investimentos	8.917	9.461
IOF	4.539	4.250
IPTU	938	1.258
Tributárias IN SRF 170	2.472	3.039
RET	868	820
Outros processos	100	94
Total ( R\$ mil )	36.969	33.324

### 8.1. Contingências da Gestão Previdencial

De acordo com orientações dos advogados da ELETROS e também considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela divisão jurídica da ELETROS,

foram constituídas provisões relativas aos processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a ELETROS.

## 8.2. Contingências da Gestão administrativa

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências trabalhistas e tributárias.

## 8.3. Contingências de investimentos

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente a IPTU, IOF, PIS e COFINS.

## 9. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos elaborados por atuários responsáveis pelos planos.

### 9.1. Benefícios concedidos

Registram a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados.

### 9.2. Benefícios a conceder

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios a conceder, deduzidos das correspondentes contribuições a receber.

### 9.3. Provisões matemáticas a constituir/ (-) Serviço passado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a serviço passado das patrocinadoras. Com a seguinte composição:

#### • Patrocinadora Eletrobras

Serviço Passado correspondente à parcela do valor presente dos benefícios já concedidos, após o fechamento do Plano BD Eletrobrás a novas adesões, não coberta pelo patrimônio garantidor.

#### • Operações não contratadas

Refere-se a:

#### • Aporte de reservas do desbloqueio do SRC

Representam os recursos a receber da patrocinadora Eletros, de R\$ 121 mil em 2012 (R\$ 153 mil em 2011), referentes a aportes de reservas originárias do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC), dos participantes, empregados da Eletros, que optaram pela migração ao Plano Previdenciário de Contribuição Definida até junho de 2008.

Em 2010, as patrocinadoras Eletrobras e Cepel efetuaram integralmente o pagamento dos valores provisionados.

Conforme deliberação do Conselho Deliberativo da Eletros, a dívida da patrocinadora ELETROS teve o seguinte tratamento:

- (a) A parcela correspondente à provisão matemática do SRC foi quitada em 2010;
- (b) O participante da Eletros teve a opção de parcelar o pagamento das contribuições devidas decorrentes do desbloqueio do SRC; e
- (c) A patrocinadora ELETROS vem contribuindo paritariamente junto com o participante.

#### • Aporte de reservas de aposentadorias especiais

Estão em processo de cobrança ou de contratação com as patrocinadoras e referem-se, essencialmente, a aportes de reservas destinadas a aposentadorias especiais, no montante de R\$ 20.525 mil em 2012 (R\$ 17.128 MIL em 2011). Distribuídos da seguinte forma:

Patrocinadoras:	Planos	31.12.12	31.12.11
ELETROBRAS	BD	7.281	4.054
ELETROBRAS	CD	288	258
CEPEL	BD	728	447
CEPEL	CD	12.228	12.369
<b>Total ( R\$ mil )</b>		<b>20.525</b>	<b>17.128</b>

## 9.4. Provisões matemáticas a constituir/ (-) Déficit equacionado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente à Déficit Técnico do Plano BD Eletrobrás no montante de R\$ 30.608 mil em 2012 (R\$ 30.180 mil em 2011), equacionado paritariamente, pelos patrocinadores, participantes e assistidos, através de contribuições extraordinárias, determinadas por avaliação atuarial.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição consolidada:

Provisões Matemáticas	31.12.12	31.12.11
Benefícios concedidos	2.073.398	1.889.505
Contribuição Definida	157.552	145.656
Benefício Definido	1.915.846	1.743.849
Benefícios a conceder	1.307.282	1.110.432
Contribuição Definida	816.367	683.376
Benefício Definido	490.915	427.056
Provisões matemáticas a constituir	(134.890)	(131.866)
(-) Serviço passado	(104.282)	(101.686)
Patrocinadora Eletrobras	(83.636)	(84.405)
Operações não contratadas	(20.646)	(17.281)
(-) Déficit equacionado	(30.608)	(30.180)
Total ( R\$ mil )	3.245.790	2.868.071

## 9.5. Premissas atuariais por plano de benefícios:

PLANO BD ELETROBRÁS	
Taxa real anual de Juros	5,38% a.a.
Taxa de Rotatividade (Ativos)	0,00 a.a.
Taxa de Crescimento Salarial (Ativos)	3% a.a.
Taxa de Crescimento de Benefícios (Assistidos)	0% a.a.
Capacidade Salarial	97%
Capacidade de Benefício	AT 2000 Básica -M
Tábua Geral –	IAPB 57
Tábua de Entrada em Invalidez	IAPB 57
Tábua Sobrevida de Inválidos	Ambos os Sexos 2011 – IBGE 2012
Tábua de Expectativa de Sobrevida	Experiência ELETROS – Ajustada (*)

(\*) Calculamos o limite superior, considerando-se que todos os titulares, participantes ativos e assistidos tivessem beneficiários, com direito a recebimento calculado por renda perpétua e ajustamos os valores dos encargos axH(12), em níveis superiores aos da experiência observada, e inferiores ao limite calculado. Obtendo, após ajustamento, valores majorados aos observados.

As premissas e hipóteses atuariais estão adequadas aos normativos legais, inclusive com a Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012, publicada no Diário Oficial em 23/01/2013.

PLANO CD Eletrobrás	
Taxa real anual de Juros	4,2% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FRACA)
Tábua Mortalidade de Inválidos	IAPB 57
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

OBS 1: No BPDS o Reajuste dos Benefícios se dá pelo Indexador Atuarial do Plano - IAP, definido no artigo 50 - XXVI, atualmente o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem. O reajuste dos benefícios dos demais aposentados se dá pela variação das cotas do plano do perfil de investimentos.

OBS 2: Taxa de juros de 4,9% para o cálculo do passivo atuarial do BPDS.

OBS 3: Relativamente ao benefício do BPDS, os beneficiários dos participantes que optaram por este benefício serão os mesmo reconhecidos pela Previdência Oficial.

## PLANO CD ONS

Taxa real anual de Juros	4,2% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FRACA)
Tábua Mortalidade de Inválidos	IAPB 57
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

## PLANO CV EPE

Taxa real anual de Juros	4,2% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FRACA)
Tábua Mortalidade de Inválidos	IAPB 57
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

## PLANO CD CERON

Taxa real anual de Juros	3,8% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FRACA)
Tábua Mortalidade de Inválidos	IAPB 57
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

## FUNDOS

## 10.1. Fundos previdenciais

São constituídos de acordo com a nota técnica atuarial de cada plano de benefício previdencial e podem ser assim resumidos:

Fundos previdenciais	31.12.12	31.12.11
Fundo de risco	23.081	29.820
Fundo de restituição	475	318
Total ( R\$ mil )	23.556	30.138

• **Fundo de Risco**

Representa o somatório dos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadora para custeio dos benefícios não programáveis de auxílio-doença, pecúlio por morte e invalidez permanente total, descontados os valores pagos

para os benefícios não programáveis. Nessa conta são lançados também o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de Patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas. O saldo do fundo de risco está composto como segue

Plano de Benefícios	31.12.12	31.12.11
CD Eletrobrás	18.235	26.535
CD ONS	3.129	2.585
CV EPE	1.444	622
CD CERON	273	78
Total ( R\$ mil )	23.081	29.820

• **Fundo de restituição**

Representa o somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos.

## 10.2. Fundo da Gestão Administrativa

O fundo da gestão administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da ELETROS sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimentos de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

Da rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PGA em 2012, no valor de R\$ 5.186 mil em 2012 (R\$ 6.796 mil em 2011) foram usados no custeio R\$ 3.785 mil em 2012 (R\$ 5.547 mil em 2011), o que permitiu que o valor remanescente fosse transferido para reforço do saldo do fundo, que atingiu em 31 de dezembro o montante de R\$ 64.714 mil em 2012 (R\$ 63.313 mil em 2011).

As despesas Administrativas da ELETROS no exercício de 2012 e 2011 foram rateadas a partir da ponderação do tempo médio anual de alocação dos empregados nas gestões e o custo médio de cada área.

## 10.3. Fundo dos investimentos



O fundo dos investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 8.549 mil (R\$ 7.506 mil em 2011).

## 11. DETALHAMENTO DOS SALDOS DAS RUBRICAS CONTÁBEIS COM A DENOMINAÇÃO "OUTROS"

Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação "Outros(as)", que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

### 11.1. Realizável - Gestão Previdencial

Descrição	31.12.12	31.12.11
Outros recursos a receber	2.600	3.872
Contribuições Contratadas participantes	2.600	3.872
Outros realizáveis	23.500	21.057
Valores a receber das patrocinadoras	23.399	20.966
Outros valores a receber	101	91
Total ( R\$ mil )	26.100	24.929

### 11.2. Realizável - Gestão Administrativa

Descrição	31.12.12	31.12.11
Outros recursos a receber	1.259	1.257
Reembolso das despesas administrativas do Plano Eletros-Saúde	461	1.070
Outros valores a receber	798	187
Outros realizáveis	5.199	4.889
Convênio de interveniência com o INSS	4.041	3.786
Valores a receber dos assistidos	767	947
Valores a receber referente ao seguro plasas	279	155
Outros valores a receber	112	1
Total ( R\$ mil )	6.458	6.146

### 11.3. Exigível – Gestão Previdencial

Outras Exigibilidades	31.12.12	31.12.11
Recursos da patrocinadora Eletrobras	2.822	-
Outros	-	152
Total (R\$ mil)	2.822	152

### 11.4. Exigível - Gestão Administrativa

Outras exigibilidades	31.12.12	31.12.11
Valores referentes a seguros a pagar	599	681
Valores referentes a convênios com as patrocinadoras	305	230
Outros	579	20
Total ( R\$ mil )	1.483	931

## 12. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DAS CONSOLIDAÇÕES

Grupos de Contas	Consolidação de Balançetes 31.12.12										Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado			
	Plano										Débito	Crédito				
	BD	CD	PGA	CV EPE	CD ONS	CERON										
Disponível	9	20	258	10	10	9										316
Realizável	2.058.362	1.084.851	75.450	23.417	206.649	10.557									64.919	3.394.367
Gestão Previdencial	67.569	3.398	-	-	-	-									-	70.967
Gestão Administrativa	45.226	18.722	13.069	57	359	349									64.919	12.863
Investimentos	1.945.567	1.062.731	62.381	23.360	206.290	10.208									-	3.310.537
Permanente	-	-	2.822	-	-	-									-	2.822
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-									-	15.232
Total do Ativo	2.058.371	1.084.871	78.530	23.427	206.659	10.566								64.919		3.412.737
Exigível Operacional	7.301	511	7.701	2	383	128								205		15.821
Gestão Previdencial	6.008	498	-	2	382	128								205		6.813
Gestão Administrativa	-	-	7.701	-	-	-								-		7.701
Investimentos	1.293	13	-	-	1	-								-		1.307
Exigível Contingencial	29.918	936	6.115	-	-	-								-		36.969
Gestão Previdencial	21.937	-	-	-	-	-								-		21.937
Gestão Administrativa	-	-	6.115	-	-	-								-		6.115
Investimentos	7.981	936	-	-	-	-								-		8.917
Patrimônio Social	2.021.152	1.083.424	64.714	23.425	206.276	10.438								64.714		3.344.715
Patrimônio de Cobertura	1.969.647	1.044.525	-	21.840	202.072	9.812								-		3.247.896
Fundos	51.505	38.899	64.714	1.585	4.204	626								64.714		96.819
Previdenciais	-	18.300	-	1.528	3.451	277								-		23.556
Administrativos	45.227	18.722	64.714	57	359	349								64.714		64.714
Investimentos	6.278	1.877	-	-	394	-								-		8.549
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-								-		15.232
Total do Passivo	2.058.371	1.084.871	78.530	23.427	206.659	10.566							64.919			3.412.737

## Consolidação de Balancetes 31.12.11

Grupos de Contas	Plano							Eliminação de Consolidação		
	BD	CD	PGA	CV EPE	CD ONS	CERON	Débito	Crédito	Saldo Consolidado	
Disponível	2	4	631	2	2	2	-	-	643	
Realizável	1.862.771	955.901	70.973	15.530	165.562	1.930	-	63.313	3.009.354	
Gestão Previdencial	56.768	3.882	-	-	-	-	-	-	60.650	
Gestão Administrativa	44.001	19.189	10.660	9	18	96	-	63.313	10.660	
Investimentos	1.762.002	932.830	60.313	15.521	165.544	1.834	-	-	2.938.044	
Permanente	-	-	3.357	-	-	-	-	-	3.357	
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	14.794	
Total do Ativo	1.862.773	955.905	74.961	15.532	165.564	1.932	-	63.313	3.028.148	
Exigível Operacional	2.936	533	7.312	-	164	57	-	-	11.002	
Gestão Previdencial	2.908	521	-	-	163	57	-	-	3.649	
Gestão Administrativa	-	-	7.311	-	-	-	-	-	7.311	
Investimentos	28	12	1	-	1	-	-	-	42	
Exigível Contingencial	27.808	1.180	4.336	-	-	-	-	-	33.324	
Gestão Previdencial	19.527	-	-	-	-	-	-	-	19.527	
Gestão Administrativa	-	-	4.336	-	-	-	-	-	4.336	
Investimentos	8.281	1.180	-	-	-	-	-	-	9.461	
Patrimônio Social	1.832.029	954.192	63.313	15.532	165.400	1.875	63.313	-	2.969.028	
Patrimônio de Cobertura	1.782.316	907.000	-	14.725	162.331	1.699	-	-	2.868.071	
Fundos	49.713	47.192	63.313	807	3.069	176	63.313	-	100.957	
Previdenciais	-	26.571	-	798	2.689	80	-	-	30.138	
Administrativos	44.001	19.189	63.313	9	18	96	63.313	-	63.313	
Investimentos	5.712	1.432	-	-	362	-	-	-	7.506	
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	14.794	
Total do Passivo	1.862.773	955.905	74.961	15.532	165.564	1.932	63.313	-	3.028.148	

### 13. AÇÕES JUDICIAIS - TRIBUTÁRIAS

A ELETROS, adicionalmente ao mencionado na Nota Explicativa nº 8, iniciou diversos processos judiciais que visam à recuperação de valores que reduziram

seus ativos pela edição de planos de estabilização econômica e por mudanças na legislação que contemplava as entidades fechadas de previdência complementar com a imunidade tributária (Lei nº 6.435/77).

#### DIRETORIA EXECUTIVA

MARCO AURÉLIO ORREGO DA COSTA E SILVA,  
**Presidente**

ALICE VALDEREZ DE ANDRADE SALOMÃO,  
**Diretora de Benefícios Previdenciários**

JACK NOTTINGHAM STEINER,  
**Diretor Financeiro**

#### CONTADOR RESPONSÁVEL

CLEBER LEAL  
**Contador CRC/RJ – 62.288/O-3**



## Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefício, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e os Pareceres da Fernando Motta & Associados Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais da ELETROS e do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE, bem como embasados nos pareceres atuariais emitidos por S TINOCO – Consultores Associados

em Previdência Complementar Ltda. sobre o Plano de Benefício Definido ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - BD ELETROBRÁS; pelo Atuário Hugo Legis Fernandes Elsenbusch sobre o Plano de Contribuição Definida ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS – CD ELETROBRÁS, sobre o Plano de Contribuição Definida do Operador Nacional do Sistema Elétrico – CD ONS, sobre o Plano de Contribuição Variável da Empresa de Pesquisa Energética – CV EPE e sobre o Plano de Contribuição Definida da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CD CERON; são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira da ELETROS e do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE, naquela data.

**Rio de Janeiro, 15 de março de 2013.**

Orsino Borges de Oliveira Filho

**Presidente do Conselho Fiscal da ELETROS**

Paulo Sergio Petis Fernandes

Marcio Kennedy de Almeida

Paulo Roberto dos Santos Silveira

# Resumo das Deliberações de 22/03/2013 Tomadas na 229ª Reunião do Conselho Deliberativo da Eletros - CDE:

**1) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2012, CONTEMPLANDO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2012 DO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA ELETROS (ELETROS-SAÚDE) E PARECERES DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE, INSTRUÍDAS COM PARECER DO CONSELHO FISCAL – (...)** O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 18/03/2013, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2012, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2013, bem como o Parecer Atuarial do Plano, proferido pela empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

**2) DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS DO EXERCÍCIO DE 2012/PLANOS DE CUSTEIO/2013 DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA ELETROS: BENEFÍCIO DEFINIDO (BD) - ELETROBRÁS, CEPEL E ELETROS, DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) ELETROBRÁS, CEPEL, ELETROS, DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) ONS, DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV) EPE, PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) CERON E RESPECTIVOS PARECERES ATUARIAIS, INSTRUÍDAS COM PARECER DO CONSELHO FISCAL – (...)**

**DELIBERAÇÃO 1 DO CONSELHO:** O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 18/03/2013, apro-

vou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2012, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2013, bem como o Parecer Atuarial do Plano, proferido pela empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

**DELIBERAÇÃO 2 DO CONSELHO:** O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 18/03/2013, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios CD -Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2012, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2013, bem como o Parecer Atuarial do Plano, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD -Eletrobrás / Cepel / ELETROS e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

**DELIBERAÇÃO 3 DO CONSELHO:** O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 18/03/2013, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida do Operador Nacional do Sistema Elétrico - CD - ONS, referente ao exercício de 2012, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2013, bem como o Parecer Atuarial do Plano, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD - ONS, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

**DELIBERAÇÃO 4 DO CONSELHO:** O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 18/03/2013, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Variável da Empresa de Pesquisa Energética - CV - EPE, referente ao exercício de 2012, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2013, bem como o Parecer Atuarial do Plano, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV - EPE, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

**DELIBERAÇÃO 5 DO CONSELHO:** O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta

da Diretoria Executiva nº 007, de 18/03/2013, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida da Centrais Elétricas de Rondônia S/A -CD - CERON, referente ao exercício de 2012, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2013, bem como o Parecer Atuarial do Plano, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV - EPE, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Malba Patricia H. da Cunha Teixeira, que a secretariei, que lavrasse a presente ata, a qual lida e achada conforme, é assinada, no mínimo, pela maioria dos membros presentes na ocasião, e por mim que a redigi.

Afrânio Matos Filho  
**Presidente**

Haroldo Ferreira Leite  
Marcio Peres Silvado  
Pedro Paulo da Cunha  
Quirino Ponton Swensson  
Sergio Bondarovsky

Malba Patricia H. da Cunha Teixeira  
Secretária-Geral  
**Assessoria aos Órgãos Estatutários**



## Parecer Atuarial

# Plano BD Eletrobrás

## RENTABILIDADE DA COTA

### 2012

A rentabilidade alcançada no exercício de 2012 totalizou 19,73%, sendo superior à meta atuarial, muito em função da boa rentabilidade alcançada nas aplicações de renda fixa (23,25% nominais) e nos imóveis (18,23% nominais).

### 2013

A rentabilidade da cota em 2013 será determinada pelos resultados dos investimentos aplicados segundo a política de investimentos aprovada para 2013.

## PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

### Evolução dos Custos:

A previsão de contribuições normais evoluiu de R\$ 11.125.459,00 para R\$ 15.564.515,00, decorrente de ajuste do Plano de Custeio e alteração da taxa real de juros de 5,50% para 5,38%. A contribuição normal dos Assistidos evoluiu de R\$ 6.954.177,68 para R\$ 8.313.827,71 decorrente de aumento de benefícios, novas concessões e alteração da taxa real de juros. A alteração do Plano de Custeio Normal se encontra nos Principais Riscos Atuariais.

Dotações Adicionais Relativas a Serviço Passado de Responsabilidade da Patrocinadora.

Serviço passado relativo a Atividade Especial:

R\$ 8.008.465,18 a ser integralizada na forma aprovada pela patrocinadora, observado o disposto na legislação pertinente.

Serviço passado relativo à Recomposição de Provisões Matemáticas:

R\$ 83.365.765,87 a ser integralizada na forma aprovada pela patrocinadora, observado o disposto na legislação pertinente.

Contribuições Extraordinárias:

2,4780% incidindo sobre salário real de contribuição ou sobre o valor do benefício de complementação de aposentadoria acrescido do adicional de aposentadoria, para vigorar a partir de 01/04/2013. Devendo, para os próximos exercícios, ser esse percentual ajustado atuarialmente, para mais ou para menos, conforme as necessidades apuradas para manutenção do equacionamento do plano, podendo ser extinta, a qualquer exercício, por absorção dos resultados superavitários acumulados, na forma prevista na legislação.

As patrocinadoras são responsáveis pelo aporte de contribuições extraordinárias, paritárias recolhidas pelos participantes ativos e assistidos.

### Variação das provisões matemáticas:

As provisões matemáticas evoluíram de R\$ 1.901,4 milhões para R\$ 2.089,8 milhões. As oscilações situaram-se pouco acima da trajetória esperada em razão da alteração da hipótese da taxa real de juros.

### Principais riscos atuariais:

Os riscos atuariais do Plano estão mitigados pelo equacionamento obtido a partir das contribuições extraordinárias futuras e ajustes no Plano de Custeio Normal.

Contribuições Normais:

**- Participantes Ativos:**

8,16% do salário real de contribuição até o valor do teto de contribuição para a Previdência Social;

17,13% da parcela do salário real de contribuição entre o valor do teto de contribuição para a Previdência Social e 3 (três) vezes esse valor;

24,48% da parcela do salário real de contribuição entre 3 (três) vezes o valor do teto de contribuição para a Previdência Social e 6 (seis) vezes esse valor;

29,60% da parcela do salário real de contribuição que exceder a 6 (seis) vezes o valor do teto de contribuição para a Previdência Social.

Observação: a) As faixas contributivas excedentes a 3 (três) vezes o teto de contribuição para a Previdência Social são aplicáveis somente aos participantes não atingidos pelo limite de contribuição imposto no parágrafo 3º do artigo 15. b) A contribuição abrange a remuneração relativa ao 13º salário e demais rubricas recebidas e que integram o salário real de contribuição.

**- Assistidos:**

Até o máximo de 2,5% do complemento de aposentadoria até metade do teto de contribuição para a Previdência Social.

Até o máximo de 3,0% da parcela do complemento de aposentadoria compreendido entre a metade e o próprio valor do teto de contribuição para a Previdência Social.

Até o máximo de 6,3% da parcela do complemento de aposentadoria compreendido entre o valor do teto de contribuição para a Previdência Social e 3 (três) vezes esse valor.

Até o máximo de 9,0% da parcela do complemento de aposentadoria entre 3 (três) vezes o valor do teto de contribuição para a Previdência Social e 6 (seis) vezes esse valor.

Até o máximo de 19,0% da parcela do complemento de aposentadoria que exceder a 6 (seis) vezes o valor do teto de contribuição para a Previdência Social.

Observação: a) Os Assistidos que percebam o adicional de aposentadoria terão essa rubrica de benefício vitalício, acrescida ao valor do complemento da aposentadoria para fins de aplicação das alíquotas contributivas. b) A contribuição abrange a remuneração relativa ao 13º benefício de complementação mensal.

**Soluções para insuficiência de cobertura:**

Não houve insuficiência de cobertura.

Contribuições por ajuste atuarial calculadas por aplicação de equivalência atuarial aplicável às pensões concedidas no exercício de 2013, que tenham o risco agravado, por substituição de cônjuge de idade inferior a que constou anteriormente no cadastro previdenciário da ELETROS.

As pensões por morte ocorridas nesse exercício de 2013, que tenham registrado alteração de beneficiários (cônjuge ou companheira(o)), a partir do fechamento do Plano a novas adesões, ou seja, a partir de 01/04/2006, cujo risco tenha sido agravado por essa alteração, estarão sujeitos a aplicação de contribuição, de caráter vitalício, obtida por equivalência atuarial.

**PARECER ATUARIAL DO PLANO**

**Qualidade da base cadastral:**

Consideramos como de boa qualidade as informações

do cadastro previdenciário recebidas. A base cadastral está posicionada em novembro de 2012, atualizada para dezembro de 2012.

### **Variação do resultado:**

O Plano apresentou superávit técnico, que deverá ser contabilizado como Reservas de Contingência no valor de R\$ 2.106.121,55, após a utilização de parte do resultado dos investimentos para custeio do incremento das Provisões Matemáticas decorrente da alteração da taxa real de juros de 5,5% ao ano para 5,38% ao ano.

### **Natureza do resultado:**

A rentabilidade nominal superou amplamente a meta atuarial, alcançando 19,14%, mais de 7 pontos percentuais superiores à meta atuarial de 12,04% (INPC+5,5%).

### **Soluções para equacionamento do déficit:**

Estabelecimento de contribuições extraordinárias, revisão do plano de custeio e aplicação de proporcionalidade, por equivalência atuarial, das pensões por morte concedidas a partir de abril de 2012, quando a substituição de cônjuges, ocorrida a partir de 1º de abril de 2006, agravar o risco do Plano. O serviço passado decorrente de eventuais crescimentos salariais superiores à hipótese, calculados cumulativamente, poderão, se relevantes, vir a ser cobrados da patrocinadora e dos participantes (paritariamente).

### **Adequação dos métodos de financiamento:**

Em nossa opinião, consideramos como adequados os métodos adotados.

### **Outros fatos relevantes:**

A tábua de Mortalidade Geral utilizada é a "AT-2000 básica" masculina.

## Parecer Atuarial

# Plano CD Eletrobrás

## RENTABILIDADE DA COTA

### 2012

Os recursos previdenciários referentes aos benefícios de prestação continuada podem ser aplicados em diferentes perfis de investimento num total de 5 perfis. A maior parte deste Patrimônio, por opção dos participantes encontra-se aplicada no perfil "CD ELETROS", cujo % em renda variável poderia variar de 10% a 35% e 90% a 65% para renda fixa. A rentabilidade da cota deste perfil foi de 11,70%, superando a meta atuarial = INPC + 4,20% (10,66% em 2012). O Patrimônio de Cobertura dos Benefícios Saldados é aplicado conforme previsto na política de investimento, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Eletros. A rentabilidade da cota para este Patrimônio foi de 12,33% e superou a meta atuarial = INPC + 5,50% (12,04% em 2012). A rentabilidade da cota do Plano (12,25%) ficou abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 6,00% (12,57%).

O segmento de Renda Variável, no perfil Eletros, escolhido pela maioria absoluta dos participantes, apresentou um desempenho de 6,80%, enquanto os segmentos de Renda Fixa, Empréstimos aos participantes, e Investimentos Estruturados apresentaram resultado acumulado no ano de respectivamente 13,58%, 13,88% e 11,14%, em função da queda de juros e da marcação dos títulos a mercado, a carteira de renda fixa teve um excelente desempenho. Destaca-se a rentabilidade do segmento Imóveis (reavaliados em 2012), que obteve o elevado índice de 18,43%.

### 2013

Para 2013, projetou-se INPC em 5,55%. A hipótese de taxa real de juros de 6,00% a.a. no encerramento do exercício 2011 foi alterada, com vigência a partir

de 31 de dezembro de 2012, para a taxa de 4,20% a.a.. Tal alteração visa o conservadorismo, bem como o alinhamento da taxa com a rentabilidade real de longo prazo prevista na política de investimentos da Fundação, em conformidade com a tendência de queda de juros da economia brasileira observada ao longo de 2012 e sua previsão de manter-se nos níveis atuais.

A determinação do valor dos benefícios de renda mensal deve seguir a previsão da taxa real anual de juros alinhada à tendência esperada no mercado financeiro, entretanto a variação da cota refletirá diretamente no valor dos reajustes dos benefícios de prestação continuada previstos neste Plano e será determinada pelos resultados dos investimentos aplicados segundo a política de investimentos aprovada para 2013.

## PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

### Evolução dos Custos:

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 20,62% (10,31% para os participantes e 10,31% para o patrocinador), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 20,09% (10,045% para os participantes e 10,045% para o patrocinador). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga

administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias. Adicionalmente incide sobre o Patrimônio do Plano a sobrecarga administrativa de 0,5% a.a..

### **Variação das provisões matemáticas:**

Com exceção da parcela referente ao Benefício Proporcional Diferido Saldado, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

### **Principais riscos atuariais:**

Os benefícios de risco deste Plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte. No exercício de 2012 o valor total gasto com pagamento destes benefícios foi de R\$ 543.868,41.

## **PARECER ATUARIAL DO PLANO**

### **Qualidade da base cadastral:**

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2012, dos Participantes e Beneficiários do Plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

### **Variação do resultado:**

Com exceção da parcela referente ao Benefício Proporcional Diferido Saldado, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

### **Natureza do resultado:**

Não aplicável.

### **Adequação dos métodos de financiamento:**

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

### **Outros fatos relevantes:**

A tábua de mortalidade de inválidos foi alterada neste exercício para a "AT-49" masculina por se tratar de hipótese aderente à massa de participantes da EFPC no Plano BD administrado por esta e composta por um número significativo de participantes, conforme estudos realizados pela EFPC. Até a presente data não houve concessão de renda vitalícia para o "Plano CD Puro", referente à modalidade de benefício calculado em função do número de cotas acumuladas individualmente. A modalidade "Plano CD Puro" é avaliada com base na taxa de juros de 4,20% a.a. enquanto que a modalidade "Plano CD Saldado" é avaliada com base na taxa de juros de 4,90% a.a. Define-se "Plano CD Puro" como sendo a modalidade de Contribuição Definida clássica, ou seja, composta por participantes e assistidos com seus respectivos saldos individuais acrescido da previsão em Regulamento dos benefícios de risco. Define-se "Plano CD Saldado" como sendo a modalidade de Plano de Benefícios correspondente ao grupo de participantes e assistidos que durante o período de migração para este Plano optaram pelo saldamento de seus benefícios no Plano de origem (Plano BD) e migraram as respectivas reservas para este Plano, na proporção de 50% ou 100% do seu direito acumulado dando origem ao Benefício Proporcional Diferido Saldado (BPDS) previsto para ser pago na data provável de aposentadoria no Plano BD considerando a respectiva elegibilidade ao benefício programado.

Ressalta-se que os valores dos benefícios saldados a conceder deste Plano, conforme previsão regulamentar, vêm sendo majorados em função da postergação do recebimento dos benefícios, em razão da

permanência no plano enquanto ativos ultrapassando a data inicialmente prevista. Outro fator que poderá implicar na oscilação das Provisões Matemáticas, além da antecipação da solicitação do benefício BPDS, são as cobranças relativas às diferenças de Reservas Matemáticas calculadas em função do reconhecimento pela Previdência Social de atividade especial dos participantes migrados para este Plano. As oscilações são refletidas no Fundo de Risco.

A hipótese de taxa real de juros para a modalidade "Plano CD PURO" foi mantida (4,20% a.a.), desde sua vigência a partir de 06 de julho de 2012, confor-

me DA, elaborada por motivo relevante posicionada em 31/07/2012. Já a hipótese de taxa real de juros para a modalidade "Plano CD Saldado" que era de 5,50% a.a. no encerramento do exercício de 2011 foi alterada para 4,90% a.a. em 31/12/2012. Tal alteração reflete o conservadorismo adotado pela Entidade em conformidade com a tendência de manutenção dos juros em patamares reduzidos junto às rentabilidades reais de longo prazo previstas na política de investimentos da Fundação. Destaca-se ainda para a modalidade "BPDS" que a redução de 0,60% na taxa consumiu parte do Fundo de Riscos.

## Parecer Atuarial

# Plano CD ONS

## RENTABILIDADE DA COTA

### 2012

A rentabilidade da cota do Plano (12,55%) ficou abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 6,00% (12,57%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil "ONS Eletros" onde está alocada a maior parte do Patrimônio do Plano.

No ano de 2012 o segmento de Renda Variável, no perfil Eletros, escolhido pela maioria absoluta dos participantes, apresentou um desempenho de 6,73%, enquanto os segmentos de Renda Fixa, Empréstimos aos participantes e Investimentos Estruturados apresentaram resultado acumulado no ano de respectivamente 13,58%, 13,24% e 11,14%. Em função da queda de juros e da marcação dos títulos a mercado, a carteira de renda fixa teve um excelente desempenho.

### 2013

Para 2013 projetou-se INPC em 5,55%. A hipótese de taxa real de juros de 6,00% a.a. no encerramento do exercício 2011 foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2012, para a taxa de 4,20% a.a.. Tal alteração visa o conservadorismo, bem como o alinhamento da taxa com a rentabilidade real de longo prazo prevista na política de investimentos da Fundação, em conformidade com a tendência de queda de juros da economia brasileira observada ao longo de 2012 e sua previsão de manter-se nos níveis atuais.

A determinação do valor dos benefícios de renda mensal deve seguir a previsão da taxa real anual de juros alinhada à tendência esperada no mercado financeiro, entretanto a variação da cota refletirá diretamente no valor dos reajustes dos benefícios de prestação continuada previstos neste Plano e será

determinada pelos resultados dos investimentos aplicados segundo a política de investimentos aprovada para 2013.

## PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

### Evolução dos Custos:

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes para o próximo exercício foram estimadas em 7,98%, enquanto no exercício anterior o percentual era de 7,84%. Já as Contribuições Previdenciárias Normais do Patrocinador foram estimadas em 8,28% neste exercício, enquanto o percentual era de 8,33% no exercício anterior. Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias. Adicionalmente incide sobre o Patrimônio do Plano a sobrecarga administrativa de 0,5% a.a..

### Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, haja vista que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.



**Principais riscos atuariais:**

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Pecúlio por Invalidez Permanente Total, Pecúlio por Morte, Benefício de Renda Mensal por Invalidez e Benefício de Renda Mensal de Pensão por Morte. No exercício de 2012 não houve concessões de benefícios de risco.

**PARECER ATUARIAL DO PLANO****Qualidade da base cadastral:**

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2012, dos Participantes e Beneficiários do Plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

**Variação do resultado:**

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou

negativo no exercício, haja vista que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

**Natureza do resultado:**

Não aplicável.

**Adequação dos métodos de financiamento:**

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

**Outros fatos relevantes:**

A tábua de mortalidade de inválidos foi alterada neste exercício para a "AT-49" masculina por se tratar de hipótese aderente à massa de participantes da EFPC no Plano BD administrado por esta e composta por um número significativo de participantes, conforme estudos realizados pela EFPC.

## Parecer Atuarial

# Plano CV EPE

## RENTABILIDADE DA COTA

### 2012

A rentabilidade da cota do Plano (12,25%) ficou abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 6,00% (12,57%).

No ano de 2012 o segmento de Renda Variável apresentou um desempenho de 6,74%, enquanto os segmentos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados apresentaram resultado acumulado no ano de, respectivamente, 13,58% e 11,14%, em função da queda de juros e da marcação dos títulos a mercado, a carteira de renda fixa teve um excelente desempenho.

### 2013

Para 2013, projetou-se INPC em 5,55%. A hipótese de taxa real de juros de 6,00% a.a. no encerramento do exercício 2011 foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2012, para a taxa de 4,20% a.a.. Tal alteração visa o conservadorismo, bem como o alinhamento da taxa com a rentabilidade real de longo prazo prevista na política de investimentos da Fundação, em conformidade com a tendência de queda de juros da economia brasileira observada ao longo de 2012 e sua previsão de manter-se nos níveis atuais.

A determinação do valor dos benefícios de renda mensal deve seguir a previsão da taxa real anual de juros alinhada à tendência esperada no mercado financeiro, entretanto a variação da cota refletirá diretamente no valor dos reajustes dos benefícios de prestação continuada previstos neste Plano e será determinada pelos resultados dos investimentos aplicados segundo a política de investimentos aprovada para 2013.

## PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

### Evolução dos Custos:

As Contribuições Previdenciárias Normais (Líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 15,26% (7,63% para os participantes e 7,63% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 14,63% (7,315% para os participantes e 7,315% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A partir de dezembro de 2012 a sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais do Plano foi alterada de 3,00% para 4,00%. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias. Adicionalmente poderá incidir sobrecarga administrativa sobre o Patrimônio do Plano.

### Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, haja vista que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

### Principais riscos atuariais:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Crédito Adicional por Invalidez, Crédito Adicional por Morte, Pecúlio por Invalidez Permanente Total, Pecúlio por Morte, Benefício de Renda Mensal por

Invalidez e Benefício de Renda Mensal de Pensão por Morte. No exercício de 2012 não houve pagamento de benefícios de risco.

## **PARECER ATUARIAL DO PLANO**

### **Qualidade da base cadastral:**

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2012, dos Participantes e Beneficiários do Plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

### **Variação do resultado:**

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, haja vista que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

### **Natureza do resultado:**

Não aplicável.

### **Adequação dos métodos de financiamento:**

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

### **Outros fatos relevantes:**

A tábua de mortalidade de inválidos foi alterada neste exercício para a "AT-49" masculina por se tratar de hipótese aderente à massa de participantes da EFPC no Plano BD administrado por esta e composta por um número significativo de participantes, conforme estudos realizados pela EFPC.

## Parecer Atuarial

# Plano CD CERON

## RENTABILIDADE DA COTA

### 2012

A rentabilidade da cota do Plano (12,39%) superou meta atuarial - INPC + 3,80% (10,24% em 2012). No ano de 2012 o segmento de Renda Variável apresentou um desempenho de -3,54%, enquanto o segmento de Renda Fixa apresentou resultado acumulado no ano de 13,58%. O bom desempenho da carteira de investimentos justificou a variação apresentada em um cenário de queda da taxa real de juros em 2012 na economia brasileira.

### 2013

A determinação do valor dos benefícios de renda mensal deve seguir a previsão da taxa real anual de juros alinhada à tendência esperada no mercado financeiro, entretanto a variação da cota refletirá diretamente no valor dos reajustes dos benefícios de prestação continuada previstos neste Plano e será determinada pelos resultados dos investimentos aplicados segundo a política de investimentos aprovada para 2013.

## PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

### Evolução dos Custos:

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 14,92% (7,46% para os participantes e 7,46% para o Patrocinador), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 15,09% (7,545% para os participantes e 7,545% para o Patrocinador).

Ressaltamos que as contribuições são calculadas ba-

seadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 4,00%. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias.

### Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano.

### Principais riscos atuariais:

Os benefícios de risco deste Plano são: Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte. No exercício de 2012 não houve pagamento de benefícios de risco.

## PARECER ATUARIAL DO PLANO

### Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2012, dos Participantes e Beneficiários do Plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

### Variação do resultado:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano.

**Natureza do resultado:**

Não aplicável.

**Adequação dos métodos de financiamento:**

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

**Outros fatos relevantes:**

A tábua de mortalidade de inválidos foi alterada neste

exercício para a "AT-49" masculina por se tratar de hipótese aderente à massa de participantes da EFPC no Plano BD administrado por esta e composta por um número significativo de participantes, conforme estudos realizados pela EFPC. O Regulamento deste Plano prevê, em seu Art. 47, a determinação em DA, pelo atuário responsável pelo Plano de um limite mínimo de valor de benefício a ser pago aos assistidos, nos casos de benefícios de prestação mensal continuada. Para fins deste exercício, fica estabelecido 1 (um) salário mínimo federal como o referido limite mínimo.



**E**m 2012, o Eletros-Saúde concretizou ações relevantes, tanto sob o aspecto de cumprimento de exigências legais, como no aprimoramento dos seus processos internos para o alcance de melhorias na prestação de serviços.

Como principal ação do ano, destaca-se a adequação do plano à Resolução Normativa nº 254 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o que permitiu o completo alinhamento com as normas e diretrizes desta Agência, assegurando aos usuários direitos e garantias estabelecidas pelo órgão regulador.

Este trabalho demandou a revisão de processos, normas, estudos financeiros e atuariais, além de exigir uma série de providências administrativas e jurídicas envolvendo não só a equipe do Eletros-Saúde, mas, também, as instâncias de decisão e deliberação da ELETROS, das Patrocinadoras e dos órgãos reguladores.

Assim, o Eletros-Saúde passou a ser uma operadora de planos de saúde com 5 (cinco) produtos registra-

dos na ANS: **Eletros-Saúde Eletrobras, Eletros-Saúde Cepel, Eletros-Saúde Assistidos, Eletros-Saúde Fundação, Eletros-Saúde Vinculados.**

Para cada produto foi elaborado um regulamento específico e emitidas novas carteiras de identificação. O momento de mudanças foi propício à atualização e divulgação de um novo livro de credenciados, além da realização de melhorias no portal corporativo, que passou a conceder acesso às tabelas de coberturas, tanto a credenciados como aos usuários.

Em um ano de fortes pressões por reajustes de preços na prestação de serviços médicos, hospitalares e de diagnóstico, adicionadas ao expressivo aumento no índice de sinistralidade (medida da ocorrência de eventos médicos/hospitalares X custos) dos planos de saúde em geral, o Eletros-Saúde priorizou ações de negociação, gestão e acompanhamento das internações hospitalares de longa permanência, das internações domiciliares e das compras de material e de medicamentos especiais. Desta forma, foi possível realizar

ajustes nas mensalidades inferiores aos praticados no mercado das demais operadoras de saúde de auto-gestão. O ano de 2012 foi marcado, ainda, por um esforço em ampliar a rede de prestadores, com especial ênfase aos municípios de Duque de Caxias e Niterói.

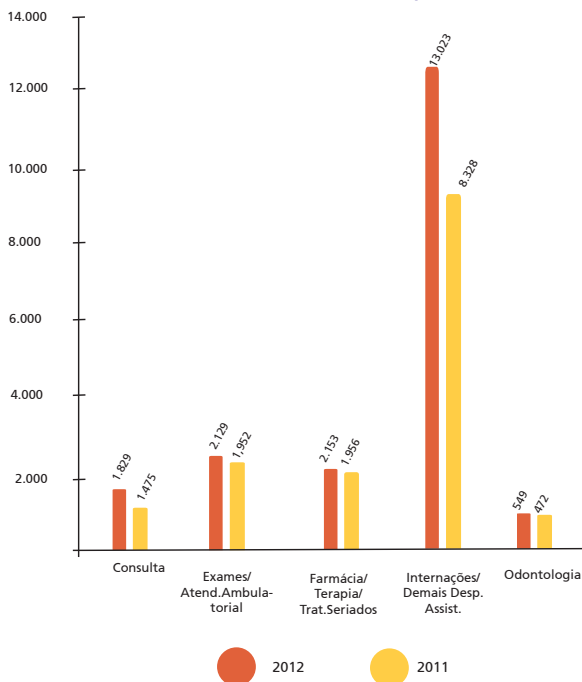
O resultado alcançado foi reflexo de um trabalho árduo de toda equipe do Eletros-Saúde, sob o comando do Superintendente Rogério Braz, que com sua experiência em operadoras de saúde de grande porte trouxe novas práticas de gestão – como definição e cumprimento de objetivos estratégicos, revisão dos processos internos e a reestruturação organizacional

do plano. Naturalmente estas ações trouxeram ganhos: pelo segundo ano consecutivo, o Eletros-Saúde obteve nota máxima na avaliação da ANS do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar – IDSS, conquistando, ainda, o “status verde”, outra avaliação da ANS, no Monitoramento Assistencial das Operadoras, desde o último trimestre de 2011.

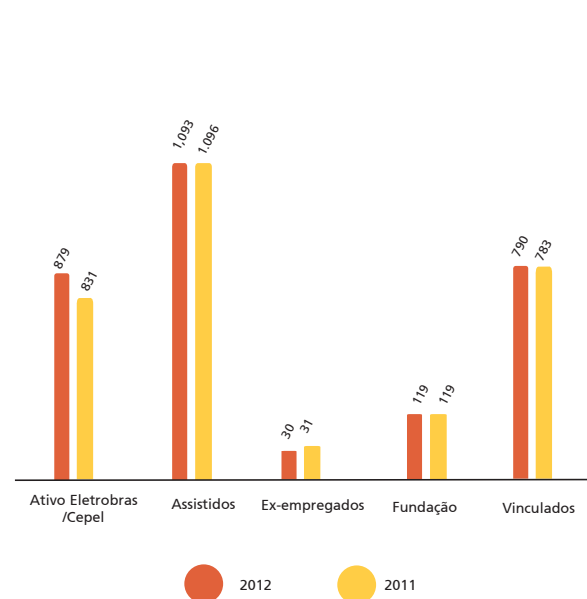
Estas qualificações, junto à agência reguladora, demonstram que o comprometimento, capacitação e profissionalismo da equipe do Eletros-Saúde são os verdadeiros pilares da excelência na prestação de serviços oferecida aos usuários.

## ELETROS SAÚDE EM NÚMEROS

Custo Médio Anual por Evento



Beneficiários





## ELETROS SAÚDE

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - ELETROS-SAÚDE

## Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da **FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS**

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do “Plano de Assistência à Saúde – PAS” (“Plano”) da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários, para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nessas demonstrações. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Plano para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Plano. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do “Plano de Assistência à Saúde – PAS” da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

### **Outros assuntos**

#### **Base de elaboração das demonstrações contábeis**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às

entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. O “Plano de Assistência à Saúde – PAS”, para fins societários, é parte integrante das demonstrações contábeis da Fundação, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

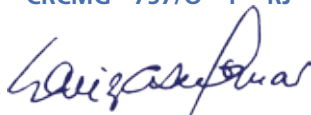
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 09 de março de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

**Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2013.**

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes

**CRCMG - 757/O - F - RJ**



Luiz Alberto Rodrigues Mourão

**Contador – CRCRJ – 046.114/O**

## Balço Patrimonial ATIVO

(R\$ Mil)

ATIVO	Nota	31.12.12	31.12.11
<b>CIRCULANTE</b>		13.895	13.921
Disponível	4	141	129
Valores em Trânsito		24	103
Banco conta Depósitos		117	26
<b>Realizável</b>		13.754	13.792
Aplicações	5	12.165	10.540
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	979	1.454
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados		809	653
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		170	801
Bens e Títulos a Receber	7	610	1.798
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		1.337	873
Realizável a longo prazo			
Depósitos Judiciais e Fiscais	8	1.337	873
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		15.232	14.794

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## Balço Patrimonial PASSIVO

(R\$ Mil)

PASSIVO	Nota	31.12.12	31.12.11
<b>CIRCULANTE</b>		9.115	7.027
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	4.609	2.977
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar		2.274	1.330
Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		2.301	1.647
Provisões Técnicas de Operações de Assistência Odontológicas		34	-
Débitos com Operações de Assistência à Saúde	10	848	1.183
Provisões	13	1.615	1.123
Tributos e Encargos Sociais a recolher	11	90	93
Empréstimos e Financiamentos a pagar	12	317	317
Débitos diversos	14	1.636	1.334
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		3.762	3.820
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e Financiamentos a pagar	12	3.762	3.820
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	15	2.355	3.947
Patrimônio Social		2.237	2.045
Reservas		2.127	1.838
Superávit/Déficit Acumulado		(2.009)	64
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		15.232	14.794

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## Demonstração do Resultado

(R\$ Mil)

	31.12.12	31.12.11
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Planos Assistência à Saúde	19.457	17.783
Contraprestações Líquidas	19.114	17.512
Receitas com Administração de Planos de Assistência à Saúde	343	271
Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde	(111)	(73)
Eventos/Sinistros Indenizáveis Líquidos	(19.572)	(14.106)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(23.989)	(18.631)
Assistência a Saúde Médico Hospitalar	(23.332)	(18.048)
Assistência Odontológica	(657)	(583)
Recuperação de Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	5.071	4.411
Eventos Conhecidos de Assistência Médico-Hospitalar	5.013	4.356
Eventos Conhecidos de Assistência Odontológica	58	55
Varição da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(654)	114
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	(226)	3.604
Despesas Administrativas	(6.309)	(6.233)
Despesas com Pessoal Próprio	(3.721)	(3.726)
Despesas com Serviços de Terceiros	(712)	(736)
Despesas com Localização e Funcionamento	(601)	(597)
Despesas com Tributos	(485)	(479)
Despesas Administrativas Diversas	(790)	(695)
Outras Receitas Operacionais	5.504	5.247
Outras Despesas Operacionais	(1.643)	(1.760)
Provisão para Perdas sobre Créditos	14	(96)
Outras	(1.657)	(1.664)
Resultado Operacional	(2.674)	858
Resultado Financeiro Líquido	601	779
Receitas Financeiras	1.094	1.284
Despesas Financeiras	(493)	(505)
Resultado Líquido	(2.073)	1.637

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

(R\$ Mil)

	Patrimônio Social	Reservas de Superávit	Superávit/Déficit Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.045	1.838	64	3.947
Déficit líquido do exercício			(1.592)	(1.592)
Proposta da destinação:				
Aumento do patrimônio social	192		(192)	-
Constituições de reservas		289	(289)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.237	2.127	(2.009)	2.355
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.863	1.624	(1.573)	1.914
Superávit líquido do exercício			2.033	2.033
Proposta da destinação:				
Aumento do patrimônio social	182		(182)	-
Constituições de reservas		214	(214)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.045	1.838	64	3.947

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto

(R\$ Mil)

	Exercício findo em	
	31.12.12	31.12.11
<b>Atividades Operacionais</b>		
Recebimento de planos de saúde	20.822	20.128
Resgate de aplicações financeiras	45.741	36.936
Outros recebimentos operacionais	35.777	29.051
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(45.117)	(40.070)
Pagamento de pessoal	(3.606)	(3.204)
Pagamento de serviços de terceiros	(823)	(565)
Pagamento de tributos	(2.267)	(1.991)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(640)	(455)
Pagamento de aluguel	(152)	(107)
Pagamento de promoção/publicidade	-	(3)
Aplicações financeiras	(46.361)	(37.472)
Outros pagamentos operacionais	(2.756)	(1.795)
Caixa líquido das Atividades Operacionais	618	453
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Pagamento de juros - empréstimos/financiamentos	(241)	(242)
Pagamento de amortização - empréstimos/financiamentos	(286)	(253)
Caixa líquido das Atividades de Financiamento	(527)	(495)
<b>Varição Líquida do Caixa</b>	<b>91</b>	<b>(42)</b>
Saldo Inicial	26	68
Saldo Final	117	26
Ativos livres no início do período	6.979	7.923

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS é uma entidade fechada de previdência complementar e operadora de plano privado de assistência à saúde, sem fins lucrativos, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 31390-4, classificada como autogestão. A ELETROS oferta e gerencia o programa de assistência à saúde, e que tem por objeto a prestação continuada de serviços médico-hospitalares e odontológicos, destinados aos seus usuários.

São usuários do Plano Eletros-Saúde, desde que participantes previdenciários:

- a. Os assistidos e pensionistas da ELETROS e seus dependentes diretos até o 1º grau, cônjuges ou companheiros (as);
- b. Os funcionários da própria ELETROS e seus dependentes descendentes diretos até o 1º grau, cônjuges ou companheiros (as);
- c. Ex-funcionários das Patrocinadoras, de acordo com o art.15 do Regulamento do Eletros-Saúde e seus dependentes descendentes diretos até o 1º grau, cônjuges ou companheiros (as).

O Plano Eletros-Saúde será custeado exclusivamente pelos seus usuários, através de contribuições mensais, pelos resultados dos investimentos de suas aplicações financeiras, por eventuais doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

Em 31 de dezembro de 2012, o Plano Eletros-Saúde contava com 1.133 participantes ativos (1.146 em

dezembro de 2011) e 1.938 assistidos (2.037 em dezembro de 2011).

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em especial da Resolução Normativa nº 290/12, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

### a. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- A provisão de eventos a liquidar é reconhecida com base nos avisos informados pelos prestadores de serviços de assistência à saúde;
- A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada baseada na metodologia estabelecida pelo órgão regulador.

### b. Moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis na nota explicativa relativas às provisões técnicas, que são calculadas de acordo com determinações do órgão regulador e contingências, que são provisionadas em função da opinião dos consultores jurídicos.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 3.1 Apuração do resultado

#### a. Receita

As contraprestações efetivas/prêmios ganhos devem ser apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, "pro rata" dia, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Quando ocorre a emissão por parte da operadora de faturas de mensalidades, em antecipação ao período de cobertura do risco, devendo ser registrado, em todas as situações, na conta redutora de Contraprestações a Receber denominada Faturamento Antecipado, no Ativo Circulante, e, no início do período de cobertura do risco deve ser apropriado como receita ao resultado do período, pelo critério "pro rata" dia, em atenção ao princípio de competência.

#### b. Custo

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

### 3.2 Instrumentos Financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros registrados a valor de mercado ou mantidos até o vencimento, quando exista.

A Fundação reconhece os empréstimos a pagar, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação e como mantidos até o vencimento, os empréstimos a pagar e recebíveis. Os destinados à negociação são avaliados a valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. Os empréstimos a pagar são mensurados pelo valor de custo amortizado. Os ativos financeiros não derivativos da Fundação compreendem: Disponível (Nota nº 4), Aplicações financeiras (Nota nº 5), Créditos recebíveis e empréstimos a pagar (Nota nº 12).

Os instrumentos financeiros são melhores detalhados na Nota nº 19 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos.

### 3.3 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo



Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 3.4 Provisões técnicas

São calculadas com base em metodologia estabelecida pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde, efetivamente recebidas pelas operadoras, conforme estabelecido pela ANS (Nota Explicativa nº 9).

### 3.5 Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados.

## 4. DISPONÍVEL

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações

de curto prazo.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está representado por numerário mantido em conta corrente para pagamento de serviços de assistência à saúde e pelos valores para pagamento de despesas provisionadas no mês de dezembro de 2012 e que foram liquidadas em janeiro de 2013, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.12	31.12.11
Banco	117	26
Banco Eletrônico	24	103
<b>Total ( R\$ mil )</b>	<b>141</b>	<b>129</b>

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as aplicações financeiras apresentavam a seguinte composição:

### 5.1 Aplicações vinculadas a provisões técnicas

	31.12.12	31.12.11
Cotas de Fundo de Investimento (a)	3.882	3.587
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>3.882</b>	<b>3.587</b>

**(a)** Aplicação em fundos de investimentos de Renda Fixa dedicado ao setor de saúde suplementar - ANS, junto ao Banco Bradesco S.A. A rentabilidade auferida pelo fundo em 2012 foi de 8,22% (11,21% em 2011).

A ELETROS constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas (nota Explicativa nº 9), cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

### 5.2 Aplicações não vinculadas a provisões

	31.12.12	31.12.11
Cotas de Fundo de Investimento (a)	7.156	6.945
Caderneta de Poupança	1.127	8
Total (R\$ mil)	8.283	6.953

(a) Aplicação em fundos de investimentos Multimercado Crédito Privado, junto ao Banco Alfa, adquirido com o propósito de ser ativa e frequentemente negociado tendo o fundo obtido uma rentabilidade de 8,70% (12,23% em 2011).

## 6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O saldo da rubrica Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é composto como segue:

	31.12.12	31.12.11
Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis	809	653
Ressarcimento convênio médico hospitalar		
Operadoras de planos de assistência à saúde	170	801
Ressarcimento convênio de reciprocidade	979	
Total (R\$ mil)		

### 6.1 Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis

Refere-se ao valor proveniente da coparticipação dos usuários em exames médicos ou odontológicos, tratamento seriados e próteses/órtises, de acordo com os percentuais estabelecidos na tabela geral de cobertura do Plano Eletros-Saúde. Parte significativa dos valores é descontada em folha de pagamento dos beneficiários o que reduz significativamente o risco de não realização.

### 6.2 Operadoras de Planos de Assistência à Saúde

Refere-se ao Convênio de Reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico, com o objetivo de atender

a seus usuários dando assistência médico-hospitalar. Os valores são faturados através de boletos enviados às empresas conveniadas, que realizam o pagamento até a data de vencimento informada. A Fundação não possui histórico de perdas nessa operação.

## 7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

O saldo desta rubrica refere-se basicamente ao valor de repasse das mensalidades dos assistidos e do valor do ressarcimento de despesas administrativas dos convênios firmados com a Eletrobras e Cepel:

	31.12.12	31.12.11
Valores a serem repassados pela Eletros (a)	-	480
Ressarcimento de despesas administrativas	515	370
Fundo Rotativo ELETROBRAS (b)	-	851
Outros valores a receber	95	97
Total (R\$ mil)	610	

(a) Mensalidades dos assistidos descontadas na folha de pagamento dos planos previdenciários;

(b) O Fundo Rotativo ELETROBRAS refere-se aos montantes a serem ressarcidos pela ELETROBRAS em função da liquidação das despesas médico-hospitalares dos participantes do plano de saúde da ELETROBRAS.

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Registra os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. Demonstramos a seguir a sua composição:

	31.12.12	31.12.11
Tributários	1.264	811
PIS	177	114
COFINS	1.087	697
Trabalhistas	27	19
Cíveis	46	43
Total (R\$ mil)	1.337	873

## 9. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES À SAÚDE

	31.12.12	31.12.11
Provisão de eventos a liquidar (a)	2.308	1.330
Médico Hospitalares	2.274	1.330
Odontológicas	34	-
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (b)	2.301	1.647
Total (R\$ mil)	4.609	2.977

(a) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos.

(b) Provisão para fazer frente aos pagamentos dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em cálculo definido pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, a qual está registrada integralmente de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25/09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

(c) Ativos garantidores: as provisões técnicas exigem a constituição de garantias financeiras a serem mantidas de acordo com as regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANS nº 159/07. A entidade possui lastro suficiente para garantir todas as provisões técnicas constituídas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 em decorrência das provisões realizadas para atendimento ao CPC nº 25.

## 10. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	31.12.12	31.12.11
Fundo rotativo Eletrobras (Convênio ECV-249-C/10)	361	-
Valores a serem repassados a Eletros (a)	436	1.039
Outros valores a pagar	51	144
Total (R\$ mil)	848	

(a) Refere-se aos valores das despesas administrativas a serem ressarcidas à ELETROS.

## 11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os tributos e contribuições a recolher apresentavam a seguinte composição:

	31.12.12	31.12.11
INSS	27	31
Imposto de renda retido na fonte	20	26
Imposto Sobre Serviços (ISS)	22	17
Outros	21	19
Total (R\$ mil)	90	93

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Refere-se a valores a pagar para a Fundação FABES, oriundos do saldo remanescente no Fundo Transitório, transferido em sua totalidade à Fabes, conforme decisão tomada na 164ª. Reunião de Conselho Deliberativo da Eletros, em 18 de dezembro de 2009, e o disposto no Termo de Acordo para Transferência de Créditos em favor da Fundação FABES (IPA-019-09), datado de 30 de dezembro de 2009.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está composto da seguinte forma:

	31.12.12	31.12.11
Circulante	317	317
Não Circulante	3.762	3.820
Total (R\$ mil)	4.079	4.137

A amortização do empréstimo com a FABES iniciou-se em janeiro de 2010, em continuação ao plano de amortização estabelecido anteriormente, com as seguintes condições:

- Prazo de amortização: 15 anos
- Reajuste: INPC
- Taxa de juros: 0,5% a.m.
- Periodicidade do reajuste: anual

### 13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A ELETROS constitui provisão para contingências com base na opinião de seus advogados. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

	31.12.12	31.12.11
Tributárias	1.309	842
PIS	183	118
COFINS	1.126	724
Trabalhistas	77	19
Cíveis	229	262
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>1.615</b>	<b>1.123</b>

A ELETROS possui depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento (Nota Explicativa nº 8).

### 14. DÉBITOS DIVERSOS - CONTRAPRESTAÇÕES RECEBIDAS

O saldo desta rubrica, no montante de R\$ 1.636 mil (R\$ 1.334 mil em 2011), refere-se basicamente ao registro da antecipação das mensalidades dos assistidos. No mês de cobertura do risco, a contabilidade realiza a baixa do referido montante e apropria essa receita no resultado do período, em atenção ao princípio da competência.

### 15. PATRIMÔNIO SOCIAL

	31.12.12	31.12.11
Patrimônio Social	2.237	2.045
Patrimônio Social	1.295	1.295
Patrimônio Mínimo Ajustado	942	750
Reservas	2.127	1.838
Fundo de Reserva	2.127	1.838
Fundo Garantidor	1.316	1.219
Fundo Parceria Banco Santander	811	619
(Déficit) Superávit Acumulados	(2.009)	64
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>2.355</b>	<b>3.947</b>

### 15.1 Reservas

#### • Fundo Garantidor do Eletros-Saúde

O Fundo Garantidor do Eletros-Saúde foi constituído nos exercícios de 2006 e 2007 e tinha por finalidade a redução de déficit futuros. A contribuição para o fundo garantidor foi calculada com base no percentual de 5% sobre as contribuições vertidas para o plano a partir de julho de 2006, e parte desses recursos foi utilizada para redução de mensalidades do plano Eletros-Saúde na categoria de assistidos e pensionistas, no período de janeiro de 2008 a setembro de 2011.

O Fundo Garantidor é rentabilizado mensalmente e, em 31 de dezembro de 2012, apresentava um saldo de R\$ 1.316 mil (R\$ 1.219 mil em 2011):

#### • Fundo Parceria Banco Santander

Constituído em outubro de 2011, com a transferência do saldo do extinto Fundo Assistencial, tendo como fonte de recursos a remuneração recebida mensalmente do Banco Santander, de acordo com contrato de parceria de serviços.

Os recursos oriundos do convênio com o Banco Santander, tem como contrapartida a centralização, naquele banco, dos pagamentos de benefícios dos assistidos e de salários dos empregados da ELETROS.

Conforme deliberação do Conselho Deliberativo da Eletros, em sua 224ª reunião, em 7 de dezembro de 2012, foi determinado que parte das mensalidades do plano Eletros-Saúde da categoria de assistidos e pensionistas fosse custeada pelo Fundo Parceria Banco Santander, a partir de dezembro de 2012. O valor unitário mensal de cobertura foi estipulado em R\$ 79,61, e vigorará até o próximo reajuste anual de mensalidade do Plano Eletros-Saúde.

### 16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31.12.12	31.12.11
Pessoal	3.721	3.726
Serviços de terceiros (a)	712	736
Localização e funcionamento (b)	601	597
Tributos (c)	485	479
Despesas administrativas indiretas (d)	624	568
Outras	166	127
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>6.309</b>	<b>6.233</b>

**(a)** Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros;

**(b)** Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, etc.;

**(c)** Impostos e contribuições (IPTU, PIS, COFINS e taxa de saúde suplementar);

**(d)** Este valor refere-se à parcela atribuída ao Plano Eletros-Saúde de acordo como o critério de rateio das despesas administrativas comuns da ELETROS.

	31.12.12	31.12.11
Provisão para Perdas sobre Créditos	14	(96)
Outras	(1.657)	(1.664)
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>(1.643)</b>	<b>(1.760)</b>

## 17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

(a) Refere-se basicamente ao repasse do subsídio aos assistidos do convênio com o Banco Santander e as constituições e remunerações dos fundos de reserva.

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.12	31.12.11
<b>Receitas Financeiras</b>		
Aplicações financeiras (a)	989	1.177
Outras	105	107
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>1.094</b>	<b>1.284</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>469</b>	<b>483</b>
Empréstimos e financiamentos (b)	24	22
Outras	493	505
<b>Resultado Líquido Financeiro</b>	<b>601</b>	<b>779</b>

**(a)** Refere-se ao rendimento das aplicações financeiras em fundos de investimentos de Renda Fixa;

**(b)** Refere-se aos encargos financeiros sobre valores a pagar para a Fundação Fabes.

## 19. EXPOSIÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros mencionados na Nota nº 3.2:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

### Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria, que realiza a identificação e análise dos riscos enfrentados, define limites e controles de riscos apropriados e monitora riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. O Comitê reporta ao Conselho Deliberativo os riscos identificados e controles para mitigar tais riscos.

### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um projeto ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação. Os critérios para a escolha dos emissores de ativos, além de passarem

por uma avaliação interna, tem seus ratings de crédito avaliados por agências nacionais como a Fitch Ratings Brasil e em indicadores de liquidez, solvência e outros.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de a Fundação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactariam os ganhos e perdas da Fundação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Fundação dilui os riscos de mercado através de investimentos em seu fundo exclusivo, reduzindo significativamente os riscos, em função da autogestão desse fundo.

### **Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros passivos da Fundação estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Fundação são equivalentes aos seus valores contábeis.

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCO AURÉLIO ORREGO DA COSTA E SILVA,  
**Presidente**

ALICE VALDEREZ DE ANDRADE SALOMÃO,  
**Diretora de Benefícios Previdenciários**

JACK NOTTINGHAM STEINER,  
**Diretor Financeiro**

CONTADOR RESPONSÁVEL  
CLEBER LEAL  
**Contador CRC/RJ – 62.288/O-3**





## Diretoria Executiva - DEE

MEMBROS	CARGO	PERÍODO DE GESTÃO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva	Presidente	21.09.2010 / 20.09.2013	Indicação Eletrobras
Alice Valdez de Andrade Salomão	Diretora de Benefícios Previdenciários	21.09.2010 / 20.09.2013	Indicação ONS
Jack Nottingham Steiner	Diretor Financeiro	05.01.2011 / 04.01.2014	Eleito Ativos/Assistidos

## Conselho Deliberativo - CDE

MEMBROS	SUPLENTES	PERÍODO DE GESTÃO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho - Presidente	Alecir Angelo Gomes Coelho	01.07.2011 / 30.06.2015	Indicação Eletrobras
Cleber José de Souza Villa Verde	Quirino Ponton Swensson	01.07.2011 / 30.06.2015	Eleito Assistidos
Sergio Bondarovsky	Paulo Renato Portugal Gomes	19.11.2012 / 18.11.2016	Eleitos Ativos/Assistidos
Pedro Paulo da Cunha	Pericles Caria Coutinho	01.07.2011 / 30.06.2015	Eleito Ativos
Marcio Peres Silvado	Gilson Mussi Machado	19.11.2012 / 18.11.2016	Indicação ONS
Haroldo Ferreira Leite	Homero Gonçalves de Andrade	19.11.2012 / 18.11.2016	Indicação CEPEL



## CONSELHO FISCAL - CFE

MEMBROS	SUPLENTES	PERÍODO DE GESTÃO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Orsino Borges de Oliveira Filho Presidente (*)	Alessandra Lemos de Souza	01.07.2011 / 30.06.2015	Eleito Ativos
Paulo Roberto dos Santos Silveira	Eleilson Santos Costa	19.11.2012 / 18.11.2016	Eleito Assistidos
Paulo Sergio Petis Fernandes	Marcelo Marrocos de Araújo	01.07.2011 / 30.06.2015	Indicação Eletrobras
Marcio Kennedy de Almeida	Fernanda Baptista de Oliveira	19.11.2012 / 18.11.2016	Indicação ONS

\* a partir de 26/01/2012

De acordo com o princípio da paridade preconizada pela legislação e disposição estatutária, os Conselheiros Fiscais eleitos escolhem, dentre eles, o Presidente do Conselho Fiscal, alternando-se a Presidência entre os eleitos pelos participantes (ativos) e assistidos, dentro do prazo do mandato de 4 (quatro) anos.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2012, de acordo com a esfera de competência de cada órgão estatutário.

### Conselho Deliberativo

Composto por seis membros e respectivos suplentes, é o órgão de orientação superior da Entidade. O período de mandato dos membros do CFE é de quatro anos, permitida uma recondução ou reeleição. Os artigos 32 e 33 do Estatuto da ELETROS dispõem sobre as competências do CDE.

Além das obrigações legais e estatutárias anuais, destacamos abaixo as principais realizações do CDE em 2012.

#### Principais realizações:

- Aprovação da Atualização da Estrutura Organizacional;
- Aprovação das demonstrações contábeis consolidadas individuais por Plano de Benefícios, do exercício

de 2012 e do Plano de assistência à saúde (Eletros-Saúde) amparadas em pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal, e das demonstrações atuariais dos Planos de Benefícios do exercício de 2012, amparadas nos respectivos pareceres atuariais. Aprovação da contratação de auditoria independente para os exercícios de 2012, 2013 e 2014;

- Monitoramento do assunto equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletrobrás e aprovação da revisão da forma de pagamento com a interação da Diretoria Executiva;
- Monitoramento do assunto Dívidas das Patrocinadoras;
- Ciência dos Relatórios de Manifestação semestrais emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- Aprovação e monitoramento das operações de proteção das carteiras de renda fixa e renda variável da ELETROS em função da volatilidade do mercado;
- Aprovação das Notas Técnicas Atuariais dos Planos BD, CV EPE, CD CERON, CD ONS E CD ELETROBRÁS. Aprovação do aperfeiçoamento do processo de escolha dos Perfis de Investimento;
- Aprovação dos Regulamentos dos novos produtos do Plano Eletros-Saúde adaptado à Resolução Normativa da ANS nº 254, com ampliação de coberturas;

Aprovação dos novos Regulamentos dos Planos de Saúde da Eletrobras, denominado “Eletros-Saúde Eletrobras” e do Cepel, denominado “Eletros-Saúde Cepel”, operacionalizados pela ELETROS;

- Aprovação das Taxas de Juros dos Planos CD e CV em linha com o novo cenário preconizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;
- Acompanhamento da Fiscalização/2012 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;
- Posse dos novos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal com mandatos iniciados em 19/11/2012;
- Aprovação do orçamento para 2013;
- Aprovação da taxa para cobertura das despesas administrativas, de acordo com o art. 6º da Resolução CGPC 29/2009;
- Aprovação da política de investimentos para 2013 de cada plano de benefícios previdenciários e do plano de gestão administrativa;
- Aprovação das taxas dos empréstimos financeiros e fundos prestamistas para 2013, de acordo com as normas vigentes;
- Aprovação do Planejamento Estratégico do Plano Eletros-Saúde;
- Revisão e monitoramento do planejamento estratégico com enfoque na gestão integrada de riscos, sendo apoiado pelo Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria - CGRA, constituído em 2011 com esta finalidade.

### Conselho Fiscal

Composto por quatro membros e respectivos suplentes, é o órgão de apoio ao controle interno e de fiscalização das atividades econômico-financeiras da

ELETROS. O período de mandato dos membros do CFE é de quatro anos, vedada a recondução. O artigo 46 do Estatuto da ELETROS dispõe sobre as competências do CFE, reproduzido a seguir:

- Examinar e emitir parecer sobre os balancetes trimestrais;
- Examinar e emitir parecer sobre as atividades econômico-financeiras, tomando por base o relatório de atividades e as demonstrações financeiras anuais;
- Emitir, com apoio das áreas, relatório de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemple, no mínimo:
  - a) as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;
  - b) as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
  - c) análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Essas conclusões, recomendações, análises e manifestações devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem cabe decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas. Além de cumprir o que lhe compete conforme disposto no art. 46 do Estatuto da ELETROS, as seguintes ações do CFE podem ser destacadas no exercício de 2012:

- aprovou a atualização de seu Regimento Interno, o qual regula o funcionamento, as competências e a forma de atuação do CFE, em consonância com o Estatuto da ELETROS;

- apreciou o acompanhamento orçamentário;
- monitorou o assunto equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletrobrás;
- recomendou aperfeiçoamentos nos documentos sob sua análise;
- participou com a DEE do aperfeiçoamento do Critério de Rateio das Despesas Administrativas;
- apreciou o resultado da Fiscalização/2012 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar –PREVIC;
- acompanhou os trabalhos e monitorou as recomendações sobre Controles Internos;
- complementou o Parecer do Conselho Fiscal acerca da Demonstração Atuarial por motivo relevante, referente à alteração da taxa de juros do Plano CD – Eletrobrás;
- interagiu com o Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria – CGRA;
- acompanhou a posição dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel.

### Diretoria Executiva

Composta por três membros, que possuem mandato de três anos, permitida uma recondução ou reeleição. Além de submeter ao CDE as propostas de matérias para deliberações, e dar o suporte técnico necessário ao CFE, cabe ressaltar que em 2012 a DEE supervisionou as ações do planejamento estratégico, projetos e metas, exercendo suas atividades de acordo com as diretrizes traçadas pelo CDE. As principais competências da DEE encontram-se estabelecidas no art. 37 do Estatuto.

Dentre as realizações de 2012, destacamos:

- a continuidade na efetivação do recebimento e contratação do equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletrobrás;
- aperfeiçoamento dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- continuidade da atualização da regulamentação dos processos de gestão dos investimentos e realização de estudos com enfoque na Gestão Integrada de Riscos;
- aprovação das Orientações de Conduta Pessoal e Profissional na Gestão de Investimentos complementares ao Código de Conduta Ética;
- aperfeiçoamento do Critério de Rateio das Despesas Administrativas;
- atuação nos trabalhos do Comitê Executivo de Riscos de apoio ao CGRA;
- supervisão do atendimento à fiscalização da PREVIC de 2012;
- criação do Comitê Executivo Atuarial;
- criação do Comitê de Gestão Previdenciária;
- supervisão de estudos para a redução das despesas administrativas;
- aprovação do processo de cadastramento de participantes e assistidos;
- aprovação de estudo para processo eletrônico de adesão previdenciária;
- criação do Comitê de Segurança da Informação com a aprovação da normatização regulamentadora da Política de Segurança da Informação aprovada pelo CDE;
- aprovação do Regimento Interno da DEE;
- aprovação da matriz de riscos operacionais e cons-

trução de indicadores para as vulnerabilidades mais críticas de alguns processos mapeados;

- revisão do Plano de Comunicação;
- implantação da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) na ELETROS.

Levantamento realizado por Malba Patricia H. da Cunha Teixeira – Assessoria aos Órgãos Estatutários. Em 03/04/2013.

# CONTATOS

## RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE

Atendimento saúde, previdência e empréstimo financeiro

**Telefone:** (21) 2138-6000

Horário de atendimento presencial: de segunda a sexta, das 9h às 16h30

Horário de atendimento telefônico: de segunda a sexta, das 8h às 17h

Rua Uruguaiana, 174 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro

## ELETROS-SAÚDE

**Disque Saúde:** (21) 2138-6000

Autorização Médica: (21) 2179-4979 | Fax: (21) 2179-4919 / 2263-6172

Horário de atendimento telefônico: de segunda a sexta, das 8h às 17h

**Fax:** (21) 2509-2897

## ELETROS

**PABX:** (21) 2179-4700

Telefone para contato com os ramais dos empregados

## FABES

Rua Uruguaiana, 174, 5º andar – PARTE – Centro • RJ – CEP: 20050-092

Telefone: (21) 2179-4949

# Expediente

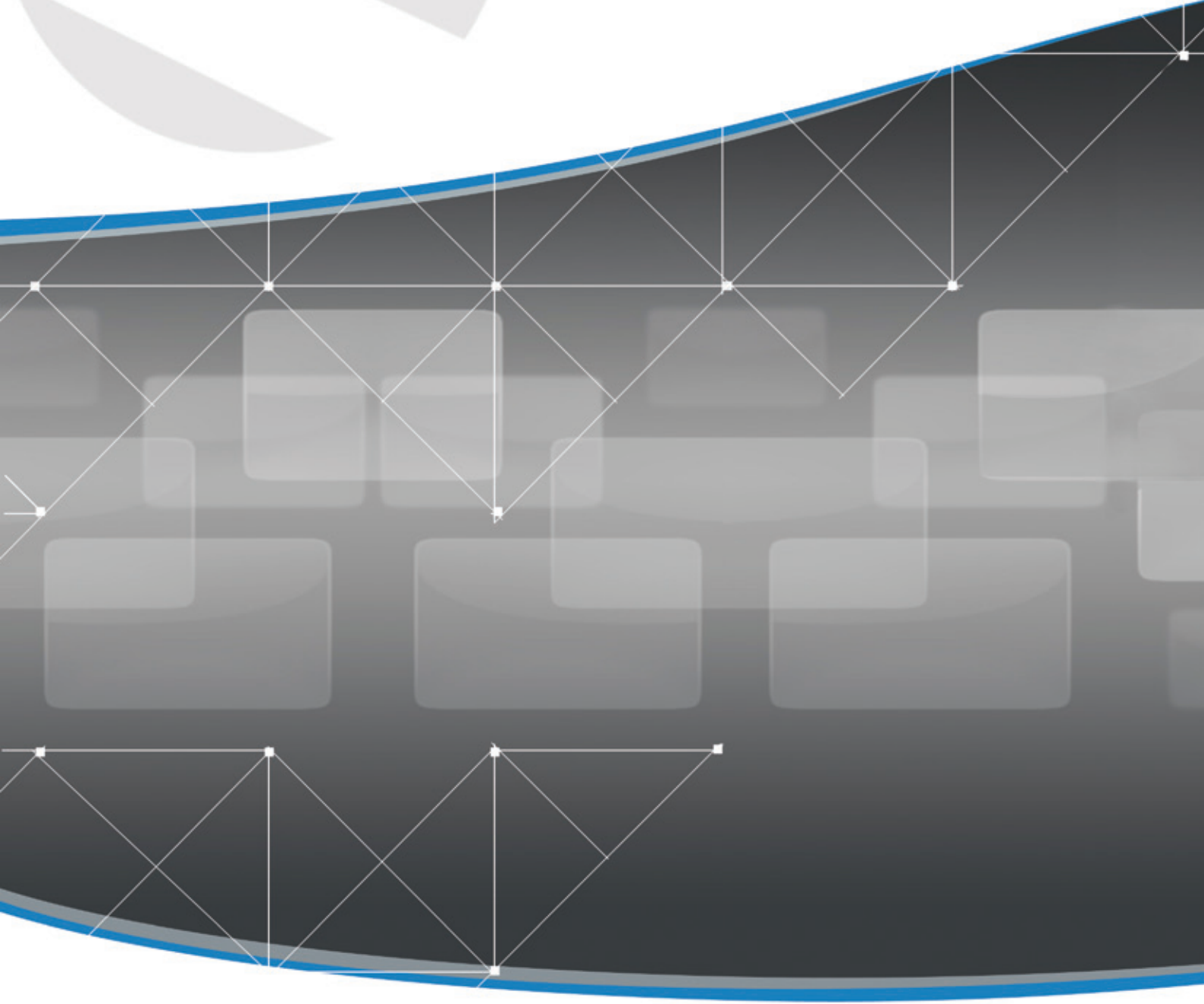
O Relatório Anual de Informações é uma publicação da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS exclusiva para seus participantes e assistidos.

**Editoria:** Coordenação de Comunicação e Marketing

**Projeto gráfico e editorial:** Plus Interativa - [www.plusinterativa.com](http://www.plusinterativa.com)

**[www.eletros.com.br](http://www.eletros.com.br)**

Conforme Ofício nº 734/2013/CGAC/DIACE/PREVIC, de 01/03/2013, a ELETROS ficou dispensada do envio do relatório anual impresso, por ter comprovado a realização de um programa de Educação Financeira e Previdenciária junto a seus participantes.



Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º e 7º andares

Centro - Rio de Janeiro, RJ

CEP: 20050-092

Tel.: (21) 2179-4700

[www.eletros.com.br](http://www.eletros.com.br)